

RELATÓRIO E CONTAS



2016

Ligue-se à Ordem



www.occ.pt



ÍNDICE

1. MENSAGEM DA BASTONÁRIA	5
2. ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS	7
2.1. Apresentação	7
2.2. Missão e Valores	9
2.3. Órgãos Sociais	10
2.4. Organização Interna	13
3. INDICADORES DE 2016	15
4. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	19
5. ÁREAS DE ATUAÇÃO	23
5.1. Consultoria Técnica	23
5.2. Consultoria Jurídica	24
5.3. Formação	25
5.4. Apoio Social aos Membros	27
5.5. Relações Internacionais	28
6. ÁREAS DE SUPORTE	31
6.1. Apoio aos Órgãos Sociais	31
6.2. Comunicação e Imagem	32
6.3. Funcionamento	33
6.4. Sistemas de Informação	34
6.5. Contabilidade	35
6.6. Expediente e Correio	35
6.7. Tesouraria	35
6.8. Contratação Pública	36
7. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	39
7.1. Comissão Eventual de Acompanhamento e Verificação Formação Equiparada	39
7.2. Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio	40
7.3. Gabinete de Estudos	40
7.4. Comissão do Controlo de Qualidade	41



7.5. Comissão de História da Contabilidade	42
8. NOTA FINAL	43
9. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	45
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
11. ANEXO	61
12. PARECER DO CONSELHO SUPERIOR	81
13. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE FISCALIZADORA	85
14. PARECER DO CONSELHO FISCAL	91
15. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	93



1. MENSAGEM DA BASTONÁRIA

Caros colegas,

Tendo em consideração a responsabilidade social inserida num processo onde se releva a transparência e a *accountability*, apresentamos o Relatório de Atividades e Contas de 2016, da Ordem dos Contabilistas Certificados, o primeiro sem a presença do nosso saudoso Bastonário António Domingues de Azevedo.

Assumi as funções de Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados em setembro de 2016, cumprindo com toda a responsabilidade, dedicação e orgulho a missão que me foi confiada, com a garantia de poder contar com o imprescindível apoio de uma equipa capacitada e motivada, na prossecução e continuidade do projeto, então iniciado por António Domingues de Azevedo.

No ano de 2016 enfrentámos grandes desafios. A profissão e os profissionais depararam-se com intrincados obstáculos, no entanto, com o esforço e empenho dos contabilistas certificados e da Ordem, foi possível criar uma dinâmica capaz de superar tais barreiras e, simultaneamente, alcançar significativos êxitos, dos quais não podemos deixar de realçar: a Inauguração das instalações do Porto; a admissão como membro efetivo da IFAC; a Organização do I Congresso Internacional de Contabilidade Pública; a reeleição para o Conselho Diretivo da EFAA; a expansão do TOC Online; o aumento do número de formandos em sessões de formação eventual, entre tantos outros sucessos alcançados que permitem continuar a dignificar a nossa profissão e dispor de melhores condições para o seu exercício.

Acresce ainda que no ano transato, empenhámos todos os nossos esforços na luta pela defesa de maior dignidade para os profissionais da contabilidade, apresentámos diversas alterações legislativas e lutámos pela entrada em vigor de propostas que reforcem as garantias dos profissionais.

Em termos institucionais, a estrutura e a organização da Ordem são bastante sólidas e estáveis. Há que garantir, por isso, a sua otimização, tendo sempre em foco que a Instituição só existe em função dos seus membros e das suas prioridades.



Hoje, os contabilistas certificados são sinónimo de confiança, qualidade e profissionalismo no desempenho de um papel fundamental para o desenvolvimento e crescimento da economia, factos, de per si, merecedores do justo reconhecimento da sociedade civil, empresários, Autoridade Tributária, entidades governamentais e parceiros internacionais.

Tendo por base garantir a transparência e a qualidade da informação para os membros, o presente documento pretende prestar contas a todos os colegas inscritos na Ordem dos Contabilistas Certificados, sobre a gestão e funcionamento desta organização. A Ordem é a casa dos contabilistas certificados.

O relatório de atividades e contas de 2016 que se apresenta, avalia e demonstra a materialização dos objetivos e das ações realizadas, assim como, a justificação dos desvios verificados.

Uma nota especial de agradecimento, aos órgãos sociais, comissões e colaboradores da Ordem que têm vindo a mostrar o seu profissionalismo, a sua competência e o seu envolvimento para a concretização deste projeto, que é de todos.

A Ordem e os contabilistas certificados devem agir sempre em plena conjugação de esforços, pois a Ordem será tão forte quão fortes forem os seus membros.

Filomena Felgueiras Moreira



2. ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

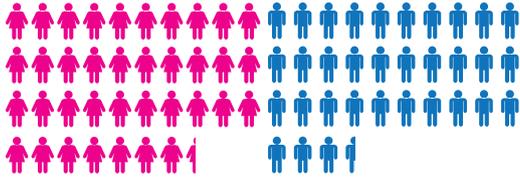
2.1. Apresentação

A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro e pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro. A Ordem dos Contabilistas Certificados é uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, ascendendo os seus membros a 70 975, em 31 de dezembro de 2016, dos quais 37 107 são mulheres e 33 868 são homens.

A Instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, Lisboa e 13 representações em todo o território nacional nos seguintes distritos: Vila Real, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Faro, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

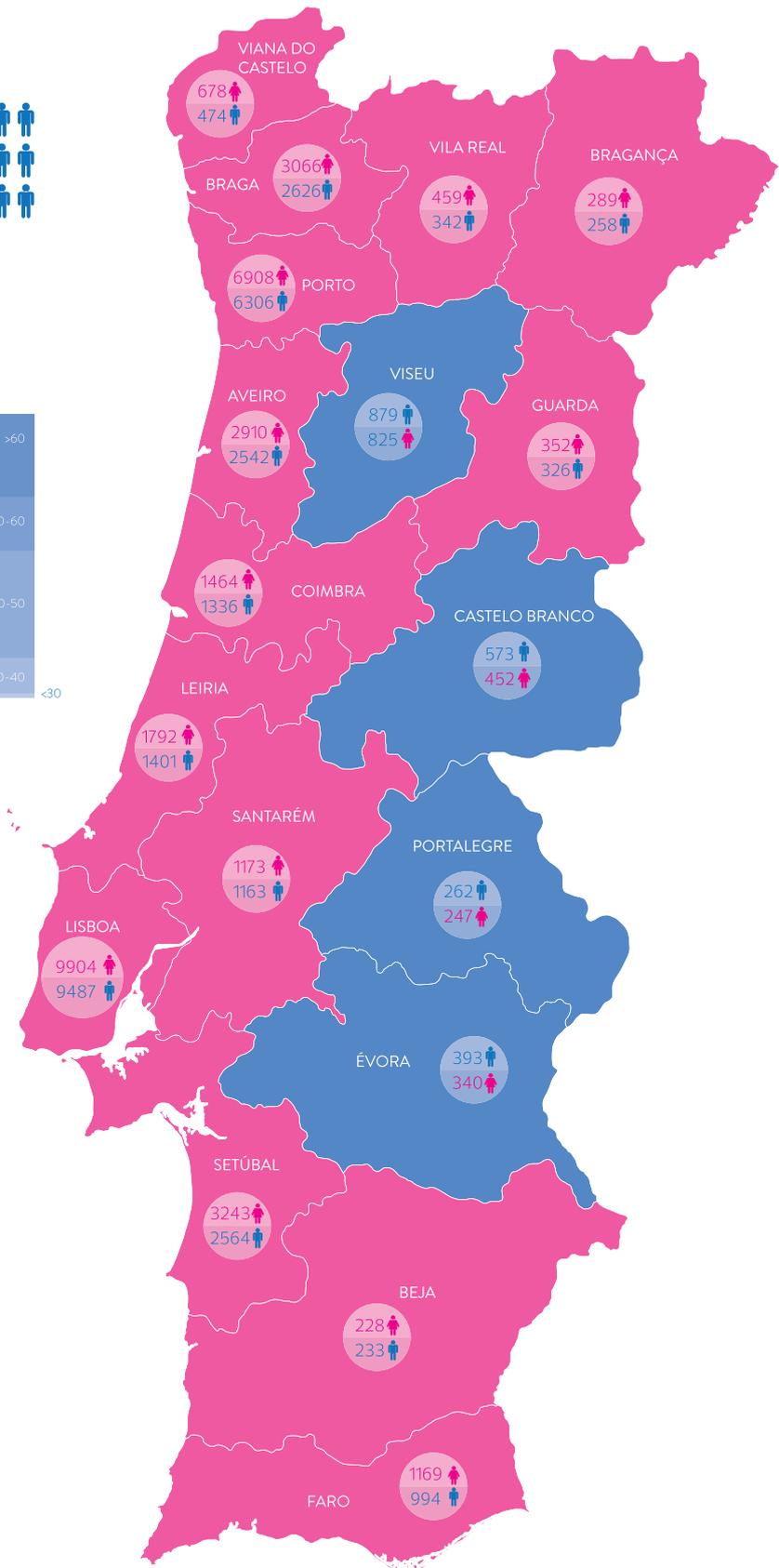
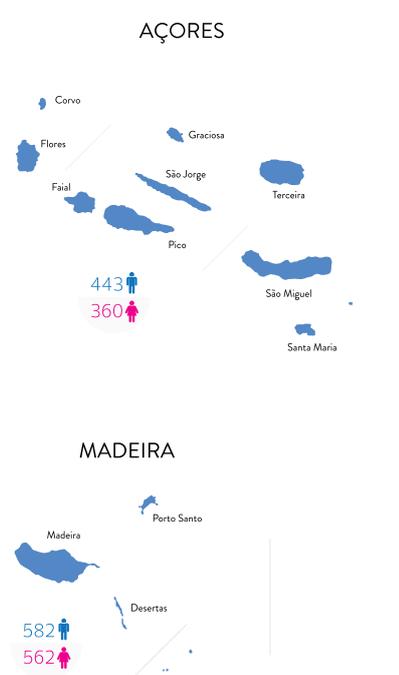
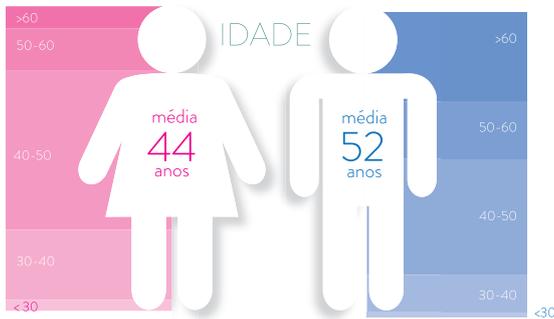
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA POR GÉNERO E IDADE

70 975 MEMBROS



37 107

33 868





2.2. Missão e Valores

Missão

A Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) tem como missão regular e disciplinar o exercício da profissão, com o objetivo de credibilizar e dignificar a classe dos profissionais que desenvolvem a atividade de contabilista certificado (CC), promovendo a dinamização, a cooperação e as relações de reciprocidade com a sociedade. O objetivo estratégico global da profissão é aumentar a qualidade e a utilidade da informação contabilística, tendo em vista uma maior aproximação entre esta, e as necessidades de informação dos diversos utilizadores. Focada nesta missão, a OCC pretende contribuir para o aumento do valor acrescentado que a contabilidade confere à realidade económica e social e para a dignificação da profissão junto dos diversos *stakeholders* nacionais e internacionais.

Valores

Uma organização deve cultivar valores nobres que caracterizem a sua atuação junto dos seus membros, tecido empresarial e sociedade civil. Dificilmente conseguirá alcançar resultados positivos e crescer no longo prazo sem se pautar por esses valores éticos basilares.

A Ordem está alicerçada em valores, percebe a importância de os praticar na sua gestão estratégica e organizacional, em conformidade com a correta concretização da sua missão e dos objetivos traçados.

Neste sentido, a Ordem pauta a sua conduta pelos seguintes valores:

- A ética, inserida numa cultura e prática humanista, de valorização das pessoas;
- A excelência, nas dimensões da formação, qualificação e apoio aos membros;
- A eficácia e eficiência, nas decisões e na gestão dos recursos;
- A transparência total na comunicação da estratégia, das ações e dos resultados alcançados;
- O rigor e profissionalismo, no controlo dos padrões de qualidade da atividade profissional;
- A valorização do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida numa perspetiva de atualização de conhecimento e melhoria contínua das práticas profissionais.



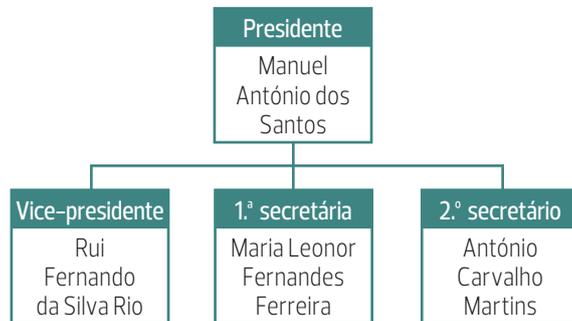
2.3. Órgãos Sociais

De acordo com Decreto-Lei 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro e em conformidade com as disposições transitórias previstas no artigo 5.º da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, os órgãos sociais da Ordem dos Contabilistas Certificados são: Assembleia Geral, Bastonário, Conselho Superior, Conselho Diretivo, Conselho Fiscal e Conselho Disciplinar.

a) Assembleia Geral

É o órgão máximo da Instituição, competindo-lhe, nos termos do Estatuto, os máximos poderes, nomeadamente a sua extinção. É constituída por todos os membros no pleno exercício dos seus direitos.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL



1.º suplente | Manuel Madeira Teixeira;

2.º suplente | Isabel Rosa Martins Cunha.

b) Bastonário

As competências do Bastonário encontram-se definidas no Estatuto. Em termos gerais, é o responsável máximo pela gestão da Instituição, competindo-lhe, entre outras funções, a representatividade da Ordem e dos profissionais em juízo, ou fora dele.



Até 11 de setembro de 2016



Após 19 de setembro de 2016



c) Conselho Superior

O Conselho Superior é um órgão consultivo do Bastonário e do Conselho Diretivo, tem como função ser ouvido e dar parecer sobre a estratégia global da Ordem e emitir parecer sobre o plano de atividades e orçamento, bem como sobre o relatório de atividades.



d) Conselho Diretivo

O Conselho Diretivo é o órgão responsável pela implementação da estratégia e funcionamento da Instituição.





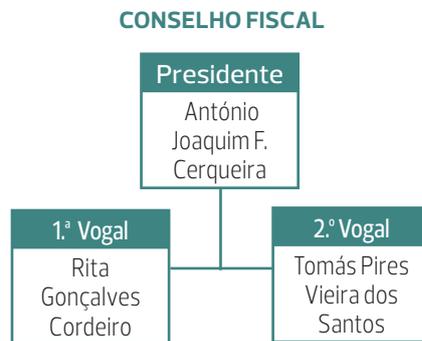
Na qualidade de vice-presidente, **Filomena Moreira** tomou posse como Bastonária a 19 de setembro de 2016 em substituição de António Domingues de Azevedo.

Na qualidade de 3.º suplente (e por impossibilidade do 2.º) **Artur Maria da Silva** assumiu funções como membro do Conselho Diretivo a 3 de novembro de 2016.

4.º Suplente | Elmano Fernandes

e) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal tem como missão, nos termos do Estatuto, fiscalizar as contas da Ordem e garantir a fidelização das demonstrações financeiras.



1.º suplente | Manuel de Sousa Seíça;

2.º suplente | Maria de Lurdes Rebelo Marques.

f) Conselho Disciplinar

Ao Conselho Disciplinar, em termos genéricos, compete-lhe a gestão da ética e deontologia que os profissionais devem observar no exercício da profissão.



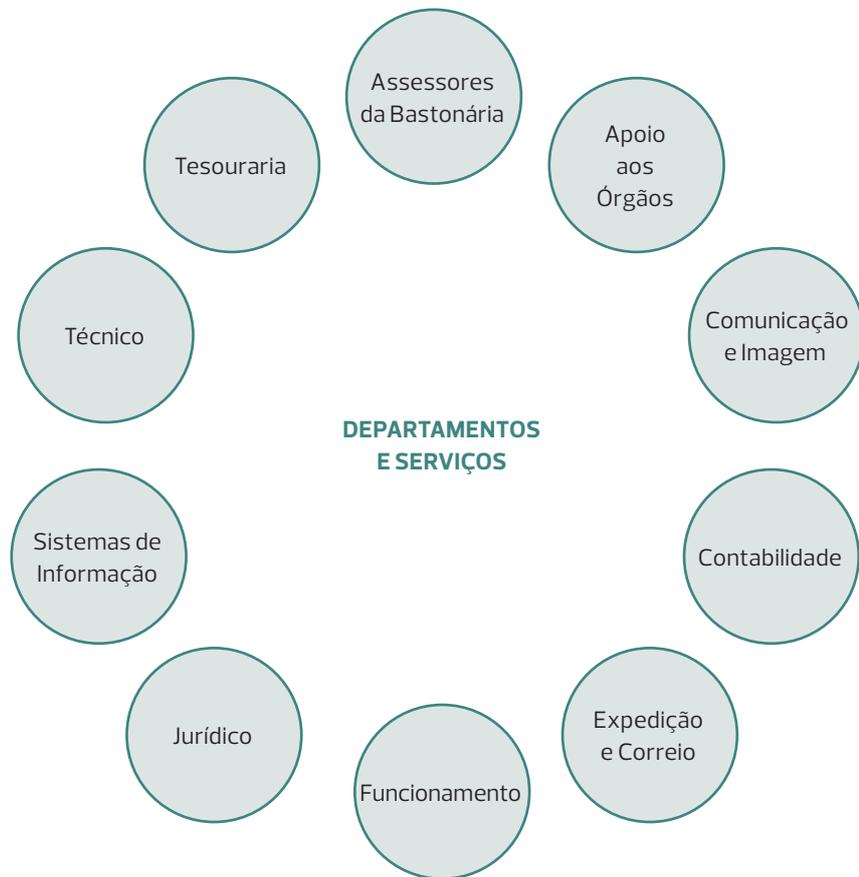
1.º suplente | António Lopes Marques;

2.º suplente | José Manuel da Veiga Pereira.



2.4. Organização Interna

A estrutura interna da Ordem, de forma a responder a todas as necessidades diárias dos Contabilistas Certificados, é constituída por 126 colaboradores distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:



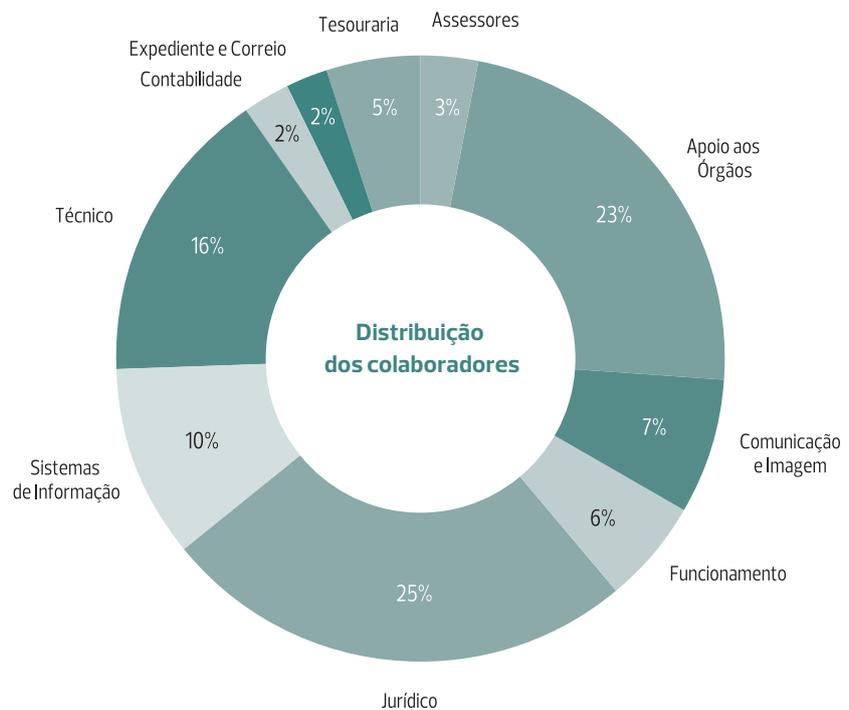


3. INDICADORES DE 2016

No presente capítulo apresentamos um conjunto de informação sintetizada em gráficos que permitem uma fácil leitura e compreensão dos dados relativos a quatro aspetos fulcrais na gestão.

- Recursos Humanos;
- Balanço;
- Demonstração de Resultados;
- Contratação Pública.

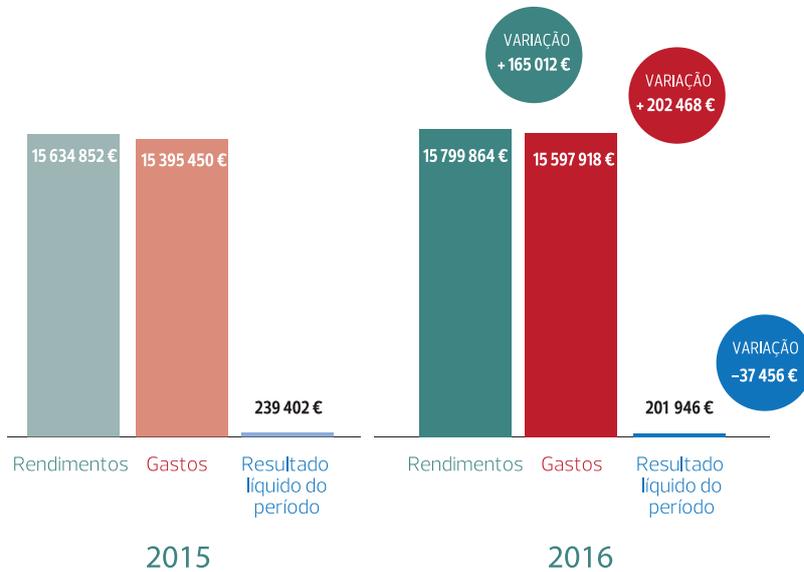
Um dos principais focos da Ordem, o apoio aos membros, consagra-se também pela alocação dos recursos humanos, em especial nos departamentos técnico e jurídico que permanentemente respondem às necessidades dos membros. Com recursos adequados, os contabilistas certificados têm acesso a um melhor e mais rápido atendimento e apoio técnico. De referir que o departamento de apoio aos órgãos inclui os colaboradores afetos às delegações. No gráfico seguinte é apresentada a distribuição dos 126 colaboradores pelos diversos departamentos e serviços de apoio.



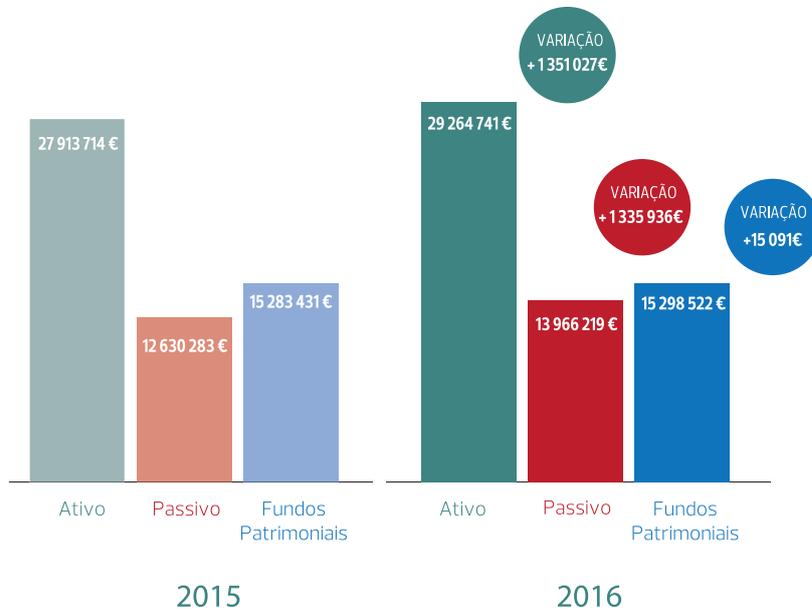


No ano de 2016, o ativo da Ordem aumentou exponencialmente, de 27 913 714€ para 29 264 741€. O aumento do ativo é a demonstração clara de que continuamos a crescer e a desenvolver cada vez mais infraestruturas e mecanismos de apoio aos membros.

Rendimentos, gastos e resultado do período

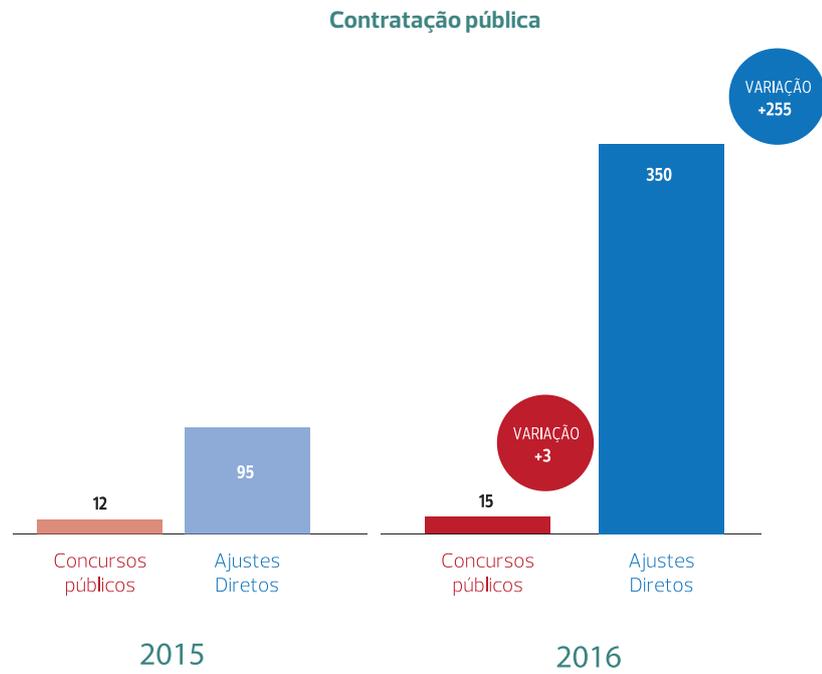


Ativo, passivo e fundos patrimoniais





Na contratação pública, o número dos procedimentos realizados quase que triplicaram. Este aumento é sinónimo de maior eficiência na gestão dos recursos, originando que os rendimentos da Ordem sejam aplicados de forma mais eficiente, obtendo-se assim maiores benefícios para os contabilistas certificados.





4. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O ano de 2016 foi repleto de desafios ultrapassados com sucesso e de acontecimentos marcantes para a Ordem dos Contabilistas Certificados. Com o intuito de realizar a sua missão e tendo sempre por base os valores em que assenta a atividade da Ordem, apresentamos neste capítulo os principais acontecimentos que ocorreram ao longo do ano.



DIA 25 | Nível nacional

Formação eventual sobre encerramento de contas.



DIA 5 | Lisboa

Conferência sobre Arbitragem Tributária.



DIA 1 | Coimbra

I Congresso de Cidadania e Educação fiscal.

DIA 1 | Lisboa

Jornadas AHRESP/OCC – O futuro é hoje.

DIA 19 | Porto

Inauguração das instalações da Ordem.

Assembleia Geral aprovou Relatório e Contas 2015.



DIA 2 | Lisboa

Assembleia Geral extraordinária discutiu e votou proposta de alteração de regulamentos.

DIA 8 | Porto

14.ª conferência anual da FCM e XXIII Seminário Internacional do CILEA.

Lançamento do «Guia de Boas Práticas de Governo Societário para as PME», Estudos Internacionais CILEA, CILEA/OCC.



DIAS 12 e 13 | Setúbal

I Congresso Internacional de Contabilidade Pública.

DIA 31 | Bruxelas

Lançamento do estudo «A nova diretiva contabilística: Harmonização do enquadramento contabilístico europeu», EFAA/OCC.



DIA 3 | Barcelos

III Conferência de Contabilidade e Fiscalidade – Boa governação: dimensão contabilística e fiscal.

DIA 6 | Santarém

Contabilidade e Gestão na Atividade Agrícola.

DIA 24 | Madrid

Reeleição de Ezequiel Fernandes, como Membro do Conselho Diretivo da EFAA.



DIA 6 | Porto

Conferência OCC/Porto Canal – A Carga fiscal na região norte: Efeito nas autarquias e nas empresas».

DIA 12 | Lisboa

Conferência «Por uma melhor justiça tributária».

DIA 15 | Funchal

Conferência «O papel dos contabilistas no desenvolvimento do país».



DIA 11

Falecimento do Bastonário António Domingues de Azevedo.

DIA 19

Tomada de posse da Bastonária Filomena Felgueiras Moreira.

DIA 28 | Bruxelas

Entrega de proposta legislativa ao Comissário Europeu Pierre Moscovici, juntamente com as organizações de profissionais de Espanha, França, Itália e Alemanha, para uma maior harmonização europeia na tributação de empresas.



DIA 7

Início do envio da *newsletter* «Novidades Profissionais».

DIAS 14 e 15 | Lisboa e Porto

Conferência «A Crise do Estado Fiscal».



DIA 15 | Brasília

Eleição de Ezequiel Fernandes, como Vice-Presidente do CILEA.

DIA 25 | Lisboa

Prémio Professor Doutor Rogério Fernandes Ferreira.



DIA 16 | Brasília

Admissão da Ordem como membro efetivo da IFAC.

DIA 17 | Portalegre

Assembleia Geral aprova Plano de Atividades e Orçamento para 2017.



5. ÁREAS DE ATUAÇÃO

Durante o exercício de 2016, a OCC canalizou a sua atividade no desenvolvimento das seguintes áreas :

5.1. Consultoria Técnica

A Ordem tem privilegiado a existência de um consultório técnico no âmbito da contabilidade e fiscalidade, que apoia diretamente os membros em questões concretas. Este serviço está inserido no departamento de consultoria da Ordem e através do qual, preferencialmente, os membros colocam as suas questões técnicas por escrito, para que possa ser efetuado o melhor enquadramento. Mantém disponível o atendimento telefónico e presencial na sede em Lisboa.

O apoio técnico é uma ferramenta fundamental para o exercício da profissão, prestando esclarecimentos, ajuda e resposta aos colegas que se deparam com problemas técnicos para resolver no seu dia-a-dia. A interação entre o departamento técnico e os membros é permanente, disponibilizando a Ordem colaboradores qualificados, competentes e motivados para ajudar a resolver os anseios de todos os colegas. O objetivo é prestar um apoio personalizado que vá de encontro à necessidade de informação concreta do contabilista no âmbito do exercício da profissão.

Neste sentido em 2016, respondendo à necessidades dos membros, foram desenvolvidas ao nível do apoio técnico as seguintes ações:

Designação	Quantidade
Atendimento Presencial	531
Atendimento Telefónico	15 454
Questões Escritas	6 830
Artigos técnicos em meios de comunicação social	524
Pareceres internos para o departamento jurídico e Conselho Disciplinar	62

Situação de Consultores Internos/Externos	N.º de questões
Entradas	6 830
Transitadas de 2015	378
Respondidas	6 326
Por responder no final de 2016	419



Artigos técnicos e intervenções em meios de comunicação social	Quantidade
Jornal de Negócios	42
Jornal da Madeira Açoriano	42
Vida Económica	17
TSF	216
TVI 24	249
Total	566

5.2. Consultoria Jurídica

O departamento tem como principais funções emitir pareceres e dar apoio jurídico no âmbito das matérias estatutárias e deontológicas, instruir e acompanhar a fase pré-contenciosa dos litígios, assegurar a colaboração com os tribunais e a Provedoria de Justiça, instruir os processos de inquérito e disciplinares e exercer a representação forense da Ordem.

Nos quadros seguintes é apresentada de forma resumida a atividade realizada pelo departamento jurídico.

Processos	Quantidade
Processos de Averiguações	845
Arquivados/Concluídos	352
Remetido ao Conselho Disciplinar	86
Em curso	407
Processos de esclarecimentos	3 377
Arquivados/Concluídos	3 185
Em curso	192
Recursos das deliberações dos Júri de Exame	26
Pareceres	2
Cancelamento voluntário	1279
Cancelamento oficioso	202
Suspensão voluntária	334
Cancelamento compulsivo (execução de sanção disciplinar)	3
Suspensão compulsiva (execução de sanção disciplinar)	7
Suspensão oficiosa	3
Total	6 065



Designação	Quantidade
Pasta CC - Mensagens entradas	14 186
Pasta CC - Mensagens respondidas	13 481
Pasta CC - Mensagens em curso	48
Pasta CC - Mensagens devolvidas	263
Pasta CC - Internas respondidas	2 318
Correspondência expedida	20 522
Atendimento presencial a membros	576
Atendimento telefónico a membros	10 115
Atendimento telefónico e presencial a não membros	2 252
Interpelação para pagamento de quotas	
Ofícios	19 241
Remetidos ou a remeter ao conselho disciplinar	4 148
Contencioso	
Processos remetidos para tribunal para cobrança coerciva de multa (ação executiva)	428
Ação administrativa especial (recursos delib. órgãos da Ordem)	5
Outras	13
Instrução disciplinar	
Relatórios para deduzir despacho de acusação	575
Número de participações recebidas	3 005
Processos instaurados	2 579
Acórdãos emitidos	777
Relatórios para convolar processo de inquérito em processo disciplinar	2
Relatórios com proposta de aplicação de pena disciplinar	88
Relatórios com proposta de arquivamento	1 171
Processos em curso	5 755
Correspondência expedida na instrução disciplinar	16 942
Correspondência rececionada na instrução disciplinar	18 980

5.3. Formação

A formação é um dos principais pilares em que assenta a qualidade profissional dos contabilistas. O desenvolvimento das tecnologias de informação, as alterações constantes nos normativos legais e a integração das economias exigem, uma atualização constante com vista á prestação de um serviço que corresponda às exigências das necessidades da economia.

Em 2016, participaram nas diversas ações realizadas pela Ordem 114 472 formandos.



Ações	Inscrições
Conferências	2 906
Congressos	291
Distância	9 950
Eventual	56 906
Permanente	302
Recorrente	225
Segmentada	225
Reuniões livres	6 191
Sessão de Esclarecimento	117
Total	114 472

Relativamente à formação presencial é apresentado o quadro seguinte com a distribuição geográfica dos 104 522 inscritos.

Formação por distrito	
Angra do Heroísmo	805
Aveiro	8 865
Beja	882
Braga	10 580
Bragança	1 191
Castelo Branco	2 094
Coimbra	4 623
Évora	1 516
Faro	3 186
Funchal	2 327
Guarda	2 002
Horta	359
Leiria	8 196
Lisboa	22 140
Ponta Delgada	1 230
Portalegre	1 039
Porto	16 135
Santarém	4 877
Setúbal	3 603
Viana Castelo	3 231
Vila Real	2 003
Viseu	3 638
Total	104 522



5.4. Apoio Social aos Membros

O apoio social aos membros reflete as preocupações de carácter humanitário da Ordem, estando sempre presente na sua atuação.

Neste sentido e porque entendemos que a Ordem deve desempenhar um papel relevante na melhoria das condições sociais e pessoais dos contabilistas certificados, em 2016, como é já tradição orientamos o apoio social para os membros em múltiplos aspetos.

O fundo de solidariedade social e o fundo de pensões apresentam as seguintes situações:

Beneficiários do fundo de solidariedade social			
Beneficiários	2014	2015	2016
N.º beneficiários	34	31	31
Valor pago	58 381	55 677	70 352

Contribuições para o fundo de pensões		
Ano	Contributo	Acumulado
2014	166 435	6 409 942
2015	163 830	6 573 772
2016	163 436	6 737 208

O apoio social da Ordem não se cinge apenas ao fundo de solidariedade social e ao fundo de pensões. O seguro de responsabilidade civil nos termos do Estatuto é uma obrigação para todos os contabilistas certificado que exercem a profissão. A Ordem assegura nos termos do regulamento esta obrigação. O seguro de saúde é outro benefício que dá efetivamente qualidade de vida aos membros, permitindo-lhes, usufruírem de um vasto leque de opções de saúde.

A Ordem disponibiliza ainda gratuitamente para a melhoria no exercício da profissão o seguinte: SICC; Revista «Contabilista»; Revista «Contabilidade e Gestão»; Revista IDEFF; Reuniões livres; consultoria técnica e jurídica.

Mais concretamente, como resulta da tabela infra, a Ordem teve os seguintes encargos com esta disponibilização direta e gratuita de apoio aos seus membros:



Rubricas	2014	2015	2016
Seguro responsabilidade civil CC	416 756	421 519	552 087
Seguro de saúde CC	723 330	809 266	858 505
SICC	194 703	149 365	153 295
Revista «Contabilista»	959 420	910 251	918 981
Revista «Contabilidade e Gestão»	33 169	27 841	26 204
Revista IDEFF	15 248	15 248	15 248
Fundo de pensões	166 435	163 830	163 436
Reuniões livres	381 153	360 634	369 422
Fundo de solidariedade social	58 381	55 677	70 352
Consultório técnico e jurídico	476 704	466 423	474 288
Representações	285 600	281 113	320 956
Total	3 710 899	3 661 167	3 922 775

Com base nos valores apresentados e considerando o total dos 70 975 membros verifica-se que cada membro teve um retorno mensal direto de 4,61 euros.

Anos	2014	2015	2016
Valor	3 710 899 €	3 661 167 €	3 922 775 €
Membros	71 825	71 565	70 975
Retorno mensal por membro	4,31 €	4,26 €	4,61 €

5.5. Relações Internacionais

Num contexto de globalização da economia e transferência de conhecimentos a profissão de contabilista certificado em Portugal não pode isolar-se do que em matéria de contabilidade e fiscalidade se produz internacionalmente. Daí que a participação da Ordem nos organismos internacionais que estão no cerne do processo normativo seja estratégica e determinante para a definição das bases em que irá assentar o desenvolvimento da contabilidade e da profissão em Portugal. Por outro lado, o reconhecimento da Ordem como interlocutor na discussão destas matérias representa uma responsabilidade acrescida a que temos respondido com eficácia e que é visível na integração dos órgãos diretivos da OCC. É o caso do CILEA onde a OCC teve a presidência, tendo neste momento uma das vice-presidências, do Conselho Diretivo, para além da liderança e participação em grupos de especialização técnica. É também o caso da EFAA, onde tem vindo desde há dois mandatos a ocupar um lugar no Conselho Diretivo, da FCM, onde tem vindo a participar nos grupos de trabalho de interesse comum aos profissionais dos países integrantes da organização.



A integração na IFAC, constitui o culminar de um processo de reconhecimento da OCC na organização cimeira da contabilidade a nível mundial. A participação da OCC em grupos de trabalhos específicos é aguardada com expectativa por esta organização.

Temos presente que só pertencendo e participando nestes organismos é que podemos fazer parte ativa do processo legislativo/decisório e assim, podermos também ter uma palavra na prossecução do interesse público da profissão e dos contabilistas.

Para além disso, nestas organizações são continuamente produzidos trabalhos técnicos de grande interesse e a troca de conhecimentos e experiências têm permitido alcançar as melhores práticas no exercício da profissão bem como estar na vanguarda da defesa dos interesses dos seus membros.



6. ÁREAS DE SUPORTE

6.1. Apoio aos Órgãos Sociais

O departamento de apoio aos órgãos, tem como principal missão a assistência e secretariado à Bastonária, ao Conselho Diretivo, à Assembleia Geral, às Comissões Permanentes e Eventuais, congressos e prémios atribuídos, à Revista de Contabilidade e Gestão, e ao funcionamento do edifício sede, bem como a todas as representações.

Assistência e secretariado à Bastonária	
Reuniões geral dos Órgãos Sociais	3
Reuniões do Conselho Superior	2
Comunicações entregues por protocolo a instituições exteriores	9

Assistência e secretariado ao Conselho Diretivo	
Reuniões do Conselho Diretivo	104
Pedidos de acreditação de formações de entidades equiparadas	292
Entidades formadoras – pedidos de novas entidades	9
Fundo de Solidariedade Social – pedidos de subsídio	31
Fundo pensões – processos remetidos	178
Solicitação de contabilistas certificados para peritagem	99

Assistência e secretariado à Mesa da Assembleia Geral	
Reuniões	3
Convocatórias	3

Assistência e secretariado a todas as Comissões Permanentes e Eventuais	
Gabinete de Estudos	
Colégios de Especialidade	
Controlo de Qualidade	
Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio em 2016	
Comissão Eventual de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada	
Comissão Eventual de Análise da Estrutura do Exame de Acesso à OCC	
Júri do Exame de avaliação profissional	
História da Contabilidade	
Assistência e secretariado a Congressos e Prémios atribuídos pela Ordem	
I Congresso Internacional de Contabilidade Pública	



Assistência e secretariado à Revista de Contabilidade e Gestão

Artigos para publicação na revista.	14
-------------------------------------	----

Assistência geral ao funcionamento do edifício-sede bem como das representações. Nas representações da OCC durante o ano 2016, foram atendidas presencialmente 3 680 pessoas.

6.2. Comunicação e Imagem

O departamento de comunicação e imagem tem a seu cargo toda a estratégia de comunicação da Ordem com os membros e com a sociedade em geral.

A intervenção da Ordem tem contribuído para um melhor conhecimento e maior consciencialização em matérias contabilísticas e fiscais. Isto resulta da sua presença em eventos, conferências, realizações no âmbito da profissão e da academia e através da intervenção nos diversos meios de comunicação social. No quadro seguinte é apresentada de forma resumida o âmbito da sua ação.

Designação	Quantidade
Revista Contabilista	12
Revista da Contabilidade e Gestão	2
Revista de imprensa	232
Recortes OCC	44
Artigos - Jornal Negócios, Vida Económica, DN Madeira e Açoriano Oriental	203
Emissões do Conselho Fiscal - TSF	460
Declarações aos média	1522
Referências à Ordem	2 941
Menções à Ordem na comunicação social	3 339
Apresentação de livros	6
Livros, publicações e manuais editados	123
Flyers, calendários e logos	22
Projetos especiais e eventos	29
Eventos organizados/cobertos	29
Formação à distância - gravações	50
Formação à distância - atualização	4
Novidades profissionais - newsletters	64
Tempo de antena em horário nobre, com duração 5 minutos	1
Intervenções no sítio - notícias	1543
Pasta CC - edições dos «Recortes OCC/Imprensa»	44



Relativamente às redes sociais, foram feitas 6 326 inserções no *Facebook* e no *Twitter*. Foram alojados 335 vídeos (Ordem na Rádio, Ordem na TV e reportagens) no *YouTube*. No *Flickr*, foram inseridas 2 439 fotografias relativas a eventos promovidos pela Ordem.

Em 2016 realizaram-se 65 entrevistas de fundo aos bastonários da OCC, após o falecimento do Bastonário Domingues de Azevedo, a atual Bastonária concedeu uma entrevista.

6.3. Funcionamento

O departamento de funcionamento da Ordem é responsável pela gestão e logística de todo o procedimento relacionado com as inscrições dos candidatos e formações, nos seus vários formatos e aspetos, seja ao nível de lançamento de créditos, entrega de manuais e logística dos eventos. No quadro seguinte é apresentada de forma resumida a sua atividade:

Designação	Quantidade
Atendimento telefónico	15 814
Brochuras vendidas	338
Alterações de cadastro	1596
Cartões de acesso à formação enviados	1069
Certidões emitidas	87
Correspondência diversa	1417
Formação OCC	114 472
Formação equiparada Inscrições	10 986
Formação - Questionários Leitura e resumo para Conselho Diretivo	4 459
Membros - Reentradas e saídas	1333
Candidaturas a CC	1321
Estágio	239
Exame	2 446
Membros admitidos	760
Pasta CC - Mensagens entradas e saídas	8 555
Quotas - Requisições e alteração de situação	339 693
Vinhetas - Requisições	149 905



6.4. Sistemas de Informação

O departamento de sistemas de informação tem como missão gerir todo o processo informático da Ordem, desde a sua conceção ao desenvolvimento, incluindo as ações necessárias à sua manutenção com o objetivo da satisfação dos membros. No quadro seguinte é apresentada a sua atividade:

Rubricas	Quantidade
Pedidos internos <i>helpdesk</i>	2 377
Atendimento telefónico	9 311
Atendimento por <i>email</i>	47
Atendimento presencial	91
Atendimento via Pasta CC	360
Acessos com autenticação	1936 938
Atualizações de empresas	466 847
Atualizações de dados (Sítio + Pasta CC)	19 317
Mensagens colocadas no fórum	28 264
Declarações de pontuação submetidos	96
Questões colocadas Pasta CC	59 216
Pedidos de complemento de reforma submetidos	105
Inscrição de contabilista certificado:	
empresa na hora	440
empresa na hora estrangeiros	183

A tabela seguinte apresenta o registo de acessos ao sítio da Ordem distribuídos geograficamente:

País origem do acesso	2016
Portugal	3 405 471
Espanha	10 751
Reino Unido	9 686
Brasil	9 056
Alemanha	8 642
Angola	7 844
França	6 212
Estados Unidos da América	4 284
Moçambique	3 528

O sistema de atendimento telefónico registou os seguintes movimentos:

Rubricas	Quantidade
Total de chamadas CC / fornecedores / Efetuadas	287 914
Pedidos de suporte interno	87
Chamadas atendidas através de <i>call center</i>	188 982
Atendimento linha de apoio TOOnline	23 114



6.5. Contabilidade

O serviço de contabilidade tem como missão executar as operações contabilísticas, dar cumprimento às obrigações fiscais, elaborar mensalmente relatórios sobre a análise económica e orçamental da Ordem e proceder à gestão administrativa de pessoal.

Em 2016, o volume de documentos contabilizados foi o seguinte:

Designação	Quantidade
Caixa	162
Cobrança através dos bancos	8 887
Pagamentos via bancos	8 018
Faturas / Faturas-Recibo	7 532
Operações diversas	5 654

6.6. Expediente e Correio

O serviço de expediente e correspondência, tem como finalidade a receção e expedição da correspondência interna e externa da Instituição. Recebida, a informação é tratada e enviada via Pasta CC para os respetivos serviços e departamentos.

De seguida apresentamos os dados da atividade realizada:

Designação	Quantidade
Correspondência recebida	29 431
Pasta CC	17 138
Documentos digitalizados	11 091
<i>Emails</i> (Pasta CC)	17 976
Correio enviado pelo (Pasta CC)	3 763
Correio devolvido	2 983

6.7. Tesouraria

De acordo com as suas competências, o serviço de tesouraria efetua a previsão, otimização e controlo de todos os pagamentos e de todos os recebimentos, em numerário, cheque, multibanco, transferência bancária, entre outros meios.

As funções gerais da tesouraria baseiam-se na salvaguarda de todos os valores a seu encargo, nomeadamente, arquivar a documentação de suporte



das operações de tesouraria em conformidade com as normas institucionizadas, fornecer em tempo útil, toda a informação dos pagamentos e recebimentos, comunicar aos interessados os valores a pagamento, conferir movimentos de caixa e bancos, identificar e registar os valores recebidos por transferência bancária ou por outros meios, emitir recibos, e efetuar o registo contabilístico no sistema informático correspondente, entre outras.

Designação	Quantidade
Pagamentos de quotas efetuados no site da OCC sistema ON-line – UNICRE MB-net	283 474
Pagamentos de quotas efetuados nos CTT	692
Cheques e vales Postais Recebidos/ Registados para pagamento de Quotas, vinhetas, e das várias ações de formação	1 059
Entradas em bancos	8 887
Saídas de bancos	8 017
Faturas e faturas recibos de fornecedores recebidas e registadas na Gestão comercial	7 532
Membros que optaram pelo pagamento por MultiBanco e CTT	247 343
Membros/Registos que optaram em 2016 pelo pagamento pelo sistema de Débitos Diretos	883
Pasta CC	4 386
Atendimento <i>call center</i>	8 152

6.8. Contratação Pública

As regras e procedimentos de contratação pública enquadram-se na regulação da atividade administrativa dos entes públicos e cumprimento dos princípios da legalidade, justiça, imparcialidade e boa-fé expressos no artigo 266.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa.

Neste contexto, são especialmente aplicáveis à matéria de contratação pública os seguintes princípios:

- O princípio da transparência que assenta na desmaterialização total e obrigatória dos procedimentos pré-contratuais;
- O princípio da igualdade que está presente ao nível da participação dos interessados nos procedimentos;
- O princípio da concorrência que se baseia na utilização de mecanismos mais rigorosos, designadamente o modelo da avaliação das propostas.

Para tal, o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aplica-se a todo e qualquer contrato celebrado pelas entidades adjudicantes nele previstas cujo objeto abranja prestações que estão ou sejam suscetíveis de estar submetidos à concorrência do mercado. A

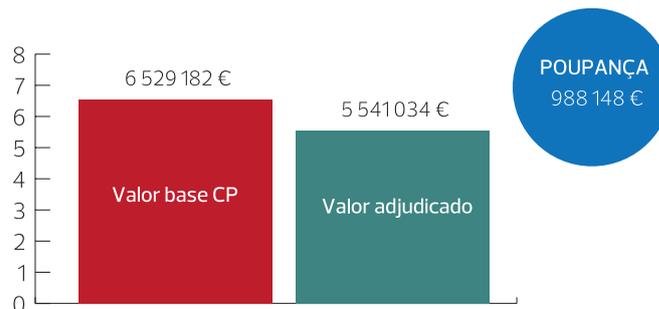


Ordem, enquanto associação pública profissional, é, nos termos da al. f) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP, uma entidade adjudicante.

Neste sentido, a Ordem tem vindo a implementar a todas as suas aquisições de bens e serviços sujeitas a contratação pública, as regras do CCP, conforme se pode verificar pela consulta de procedimentos publicados no Portal BASE (www.base.gov.pt).

A experiência dos últimos anos tem permitido uma poupança significativa de recursos da Ordem e um aumento da eficiência nos processos administrativos. Apresentamos, no presente relatório, os exemplos mais significativos de bens e serviços adquiridos pela Ordem que originaram maiores poupanças.

Em termos gerais, do total de procedimentos por concurso público e concurso limitado por prévia qualificação, resulta uma real poupança de 988 148 euros, o que corresponde à diferença entre o valor base proposto (já por si, abaixo do valor contratado anteriormente) e o valor adjudicado das propostas economicamente mais vantajosas para a Ordem.



Da poupança referida destacamos:

- O valor de impressão por revista reduziu cerca de 23%, desde o lançamento do primeiro concurso;
- O seguro de responsabilidade civil dos órgãos sociais da Ordem baixou 73%;
- Os custos de telecomunicações móveis e equipamentos reduziu 65%;
- Os serviços de hospedeiras de apoio às ações de formação, embora menos expressivo, também baixou 6,5%;
- E, por fim, a impressão de manuais de formação, atendendo ao número e quantidade de páginas de manuais impressos baixou, em média, 39%.

Em resumo, a aposta na realização de concursos públicos, mesmo em circunstâncias em que juridicamente não estávamos obrigados, apresenta já resultados muito significativos.

DADOS DESTACADOS 2016



RETORNO MENSAL

4,61€

POR MEMBRO



FORMAÇÃO

114 472

PARTICIPANTES



SÍTIO OCC.PT

3 405 471

ACESSOS



ESCLARECIMENTO TÉCNICO

15 985

TELEFÓNICO E PRESENCIAL



MEDIA

2 941

REFERÊNCIAS



PASTA CC

17 138

MENSAGENS

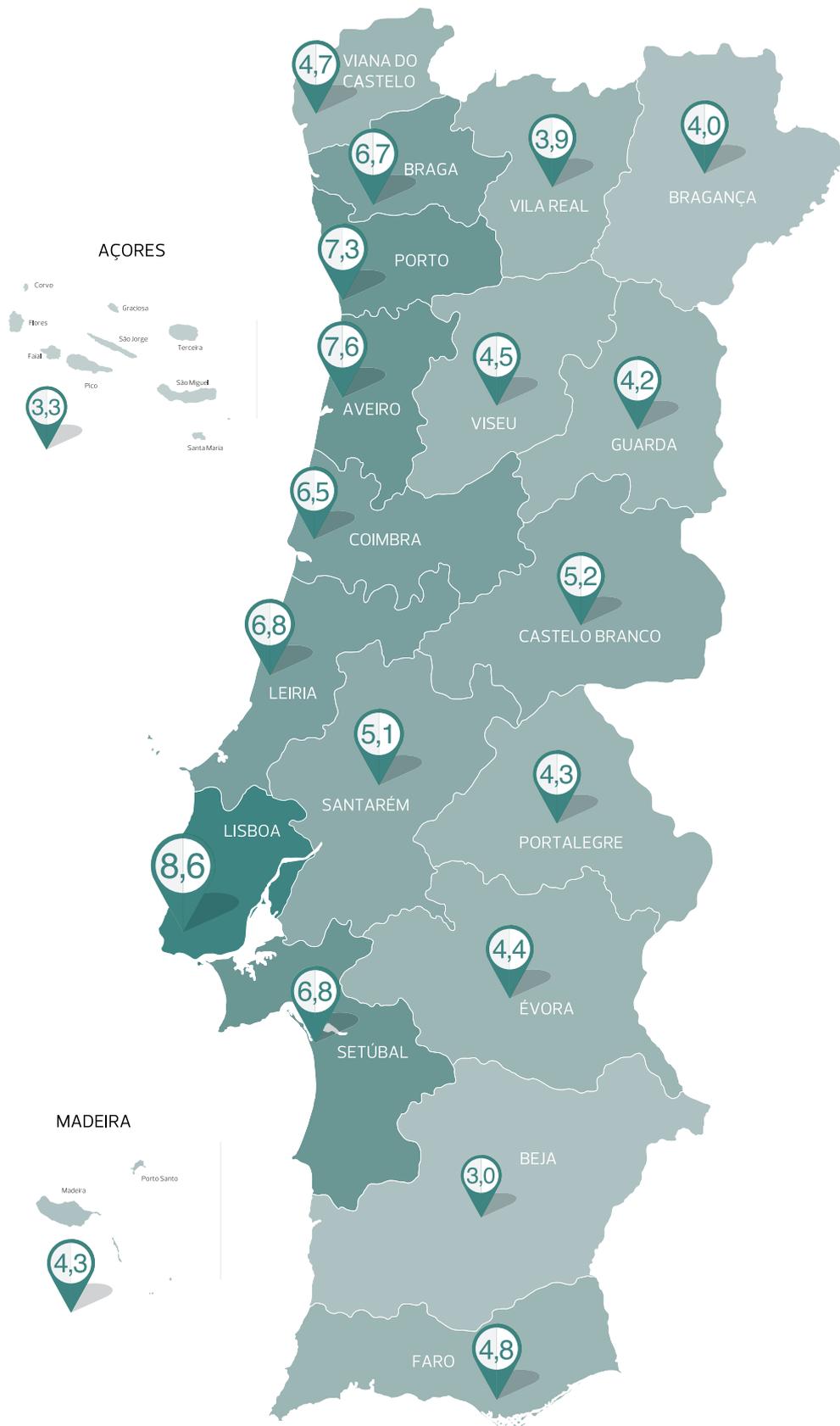


POUPANÇA

988 148 €

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CONTABILISTAS CERTIFICADOS POR 1000 HABITANTES





7. COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Neste ponto apresentamos a atividade desenvolvida durante 2016 das diferentes comissões existentes na Ordem, envolvendo comissões eventuais e permanentes e ainda o gabinete de estudos.

7.1. Comissão Eventual de Acompanhamento e Verificação da Formação Equiparada

Com base na informação constante no mapa abaixo descrito, verifica-se que o número de entidades equiparadas, inscritas junto da OCC, e a sua distribuição por distritos, são os seguintes:

DISTRITOS	
Aveiro	13
Braga	18
Bragança	1
Castelo Branco	2
Coimbra	7
Guarda	4
Leiria	5
Lisboa	41
Funchal	3
Portalegre	1
Porto	27
Santarém	2
Setúbal	1
Viseu	5
Vila Real	0
Total	137

As visitas às entidades formadoras foram programadas e concretizadas privilegiando, sempre, as ações de formações em curso, permitindo, assim, uma verificação da forma como estavam a decorrer, dos meios materiais utilizados e, ainda, da prestação do formador.

Deste modo, no ano de 2016, foram realizadas diferentes visitas a entidades e verificadas 62 ações de formação que se encontravam a decorrer em 50 entidades. Até 31 de dezembro de 2016, foi solicitado pelas entidades formadoras o reconhecimento de 291 ações de formação que se distribuem, em termos quantitativos do seguinte modo:



Entidades	N.º ações
APECA – Associação Portuguesa de Empresas de Contab. e Adm.	37
CERTFORM – Formação e Consultoria, Lda.	30
IVOJOMA – Formação e Fiscalidade, Lda.	24
BDO & Associados, SROC, Lda.	20
F3M – Information Systems, S.A.	19
PricewaterhouseCoopers – Assessoria e Gestão, Lda.	18
Sage Portugal – Software, S.A.	16
JMMSROC – Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro, Mário Guimarães, SROC, Lda.	14
QVO LEGIS, Unipessoal, Lda.	10
AEA – Associação Empresarial de Águeda	8
IGAP – Instituto de Gestão e Administração Pública	8
Deloitte & Associados, SROC, Lda.	7
IPCA – Instituto Politécnico do Cavado e Ave	7
APC – Associação Portuguesa de Contabilistas	6
Duodifusão – Centro de Formação Profissional, Lda.	6
MONERIS – Serviços de Gestão, Lda.	6
31 entidades que promoveram menos de 5 ações	55

7.2. Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio

O objeto da Comissão Eventual de Análise, Verificação e Renovação dos Protocolos de Dispensa de Estágio (CEAVRPDE), consiste na «verificação do cumprimento das condições estabelecidas nos protocolos para dispensa de estágio, no que respeita à inscrição na Ordem, junto das entidades protocoladas, elaborando a correspondente proposta para enviar ao Conselho Diretivo».

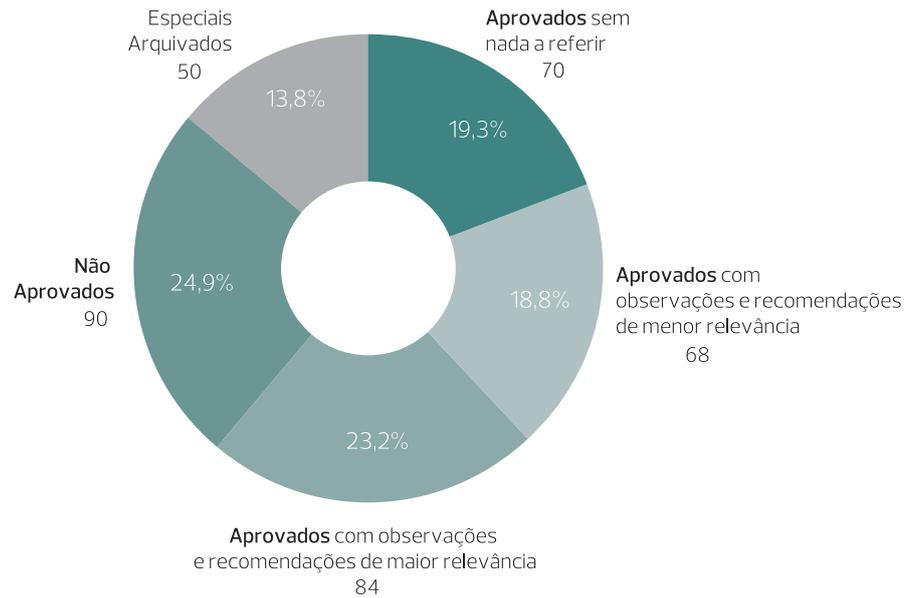
Tendo em conta a recetividade das escolas os elementos que compõem a Comissão, efetuaram 11 visitas no ano letivo 2015/2016, tendo sido elaborados os respetivos relatórios.

7.3. Comissão do Controlo de Qualidade

A Comissão do Controlo de Qualidade no ano 2016, focou-se em dar seguimento aos controlos de qualidade em curso, com um particular destaque para os que resultaram de 2ª visita, bem como aqueles que foram acionados por despacho específico do Bastonário, tendo analisado e elaborado propostas de despacho em 470 processos, cujos resultados globalmente se podem sintetizar no seguinte quadro:

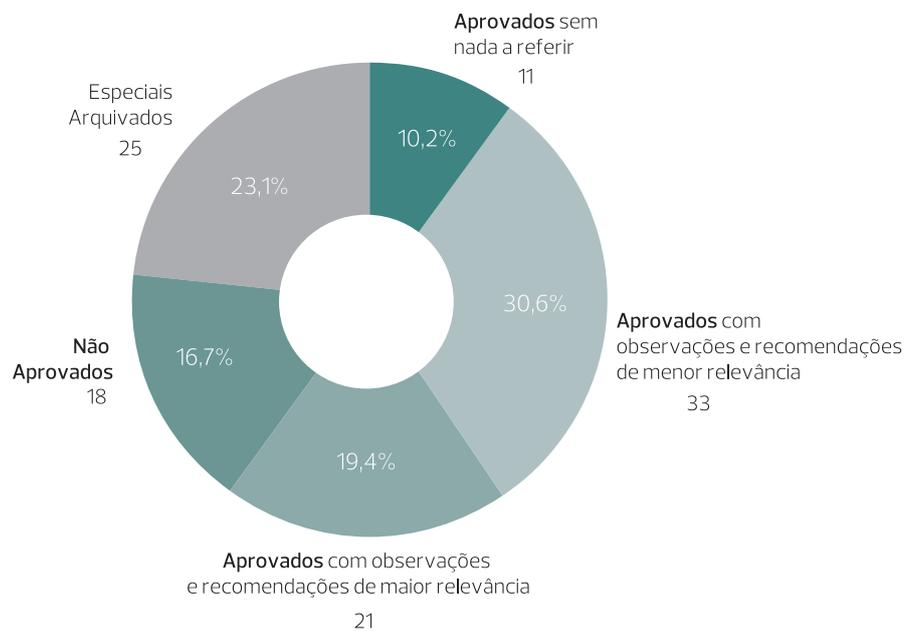


Resultado dos 362 processos de 1.ª visita avaliados em 2016



No decurso do ano de 2016 foram analisados 108 processos resultantes de segundas visitas.

Resultado dos 108 processos de 2.ª visita avaliados em 2016





A comissão levou a efeito a nível nacional durante a sessão das reuniões livres, uma ação de sensibilização no âmbito do controle de qualidade esclarecendo os membros dos objetivos pretendidos com o controle de qualidade.

7.4. Gabinete de Estudos

Durante o ano de 2016, o GEOCC (Gabinete de Estudos da Ordem dos Contabilistas Certificados) realizou 10 reuniões, durante as quais acompanhou regularmente a evolução da legislação sobre Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Públicas, apoiando as tomadas de posição da Ordem e dos seus órgãos dirigentes sobre estas matérias, tanto públicas como internas, dirigidas aos membros da Ordem.

Em matéria de grandes realizações, cabe realçar a XI Conferência Internacional GEOCC/IDEFF: teve por tema «A Crise do Estado Fiscal» e contou com duas edições, uma Lisboa e outra no Porto. Promoveu também, de novo em cooperação com o IDEF, a Conferência «Finanças Públicas e Fiscalidade Regionais», realizada no Funchal.

Ainda no âmbito da atividade do Gabinete de Estudos, foi atribuído o Prémio Professor Doutor António de Sousa Franco relativo ao ano de 2016, na área das Finanças Públicas. Constituído maioritariamente por membros do GEOCC, e também pela Bastonária, o Júri deliberou, por unanimidade, atribuir o Prémio à obra «A Residência no Direito Internacional Fiscal», da autoria do Professor Doutor Gustavo Lopes Courinha.

O Gabinete de Estudos assegurou, por último, a página que se lhe encontra reservada em todos os números da Revista «Contabilista».

7.5. Comissão de História da Contabilidade

Em 2016, a Comissão de História participou em representação da OCC, no *14th World Congress of Accounting Historians*, em Pescara, Itália.

Por outro lado, os membros da Comissão de História da Contabilidade publicaram um artigo em co-autoria na revista *Accounting History*, e ainda o artigo «*Double-Entry Bookkeeping and the Manuscripts Dictated at the Lisbon School of Commerce: 1759-1844*» preparado pelos três membros da CHC-OCC, tendo sido publicado na revista científica internacional *Accounting History*.

Designação	Quantidade
Apresentação de artigos em conferências internacionais e nacionais	6
Trabalhos de referee em revistas científicas e enquanto membros de comissões científicas de conferências	4



8. NOTA FINAL

O presente relatório reflete de forma resumida a atividade da Ordem durante o ano de 2016 e pretende demonstrar como foram canalizados os recursos financeiros e humanos em prol da profissão.

Muitas foram as iniciativas realizadas em conformidade com o plano e orçamento aprovado que entendemos adequadas no cumprimento dos objetivos previamente traçados.

O ano 2016 fica marcado pela perda de António Domingues Azevedo, que esteve na origem e à frente dos destinos da Instituição durante vinte anos. Foi nosso objetivo honrar o seu legado e continuar com o trabalho desenvolvido, compromisso que assumimos perante todos os membros.

Neste momento de balanço acreditamos ter contribuído para o cumprimento do plano traçado, garantido a estabilidade da nossa Instituição.



9. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação que lhe conferiu a Lei 139/2015, de 7 de setembro, nos termos da alínea c) do artigo 54º determina que o Conselho Diretivo apresente anualmente o Relatório e Contas.

De acordo com a norma transitória o n.º 6 do artigo 5º da referida Lei, mantém o desempenho dos órgãos, nomeadamente a Assembleia Geral (que reúne em sessão ordinária em março de cada ano), o Conselho Superior e o Conselho Fiscal.

Assim no cumprimento da Lei e do Estatuto, para o efeito, depois de obtidos os pareceres do Conselho Superior e do Conselho Fiscal, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise.

A informação legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Rendimentos e réditos

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos e réditos obtidos, no período em análise, um total de 15 799 864 euros:

Rubricas	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamento
71 Vendas	7 339	-3 841	3 498	128 000	-124 502
72 Prestações de serviços	14 487 825	403 406	14 891 232	15 242 080	-350 848
75 Subsídios à exploração	2 972	-2 972	0	10 000	-10 000
76 Reversões	102 917	-79 065	23 852	0	23 852
78 Outros rendimentos	1 030 777	-149 495	881 282	1 092 748	-211 466
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	3 022	-3 022	0	0	0
Total	15 634 852	165 011	15 799 864	16 472 828	-672 964

Constatamos que a execução orçamental foi de cerca de 96%, da qual resulta um desvio negativo de 4%, para os valores orçamentados, sem contudo ter comprometido na generalidade o funcionamento, conforme se demonstrará no quadro seguinte.



Rubricas	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamento
71 Vendas	7 339	-3 841	3 498	128 000	-124 502
711 Mercadorias	7 339	-3 841	3 498	128 000	-124 502
72 Prestações de Serviços	14 487 825	403 406	14 891 232	15 242 080	-350 848
721 Joias	115 000	-39 000	76 000	89 000	-13 000
722 Quotas	10 492 242	-78 990	10 413 252	10 513 440	-100 188
72201 Quotização-Membros efetivos	10 296 984	-78 366	10 218 618	10 317 600	-98 982
72202 Quotização-Membros suspensos	195 258	-624	194 634	195 840	-1206
723 Ações de Formação OCC	2 916 571	-365 595	2 550 976	3 124 840	-573 864
7231 Formação Eventual	1 531 712	269 568	1 801 280	1 730 000	71 280
7232/5 Formação (segmentada, permanente, à distância e recorrente)	1 384 859	-635 163	749 696	1 394 840	-645 144
724 Eventos OCC	193 542	-115 024	78 518	308 000	-229 482
72401 V Congresso	65 050	-65 050	0	0	0
72403/04 Conferências	85 357	-31 369	53 988	208 000	-154 012
72406 Congresso Internacional de contabilidade e auditoria	24 110	-24 110	0	0	0
72409 Formação nos PALOP	19 025	-19 025	0	100 000	-100 000
72410 I Congresso internacional de contabilidade pública	0	24 530	24 530	0	24 530
72501 Vinhetas	95 375	-20 598	74 778	106 800	-32 023
72502 TOConline	538 732	1044 285	1 583 017	950 000	633 017
72701 Multas-processos disciplinares	136 363	-21 672	114 691	150 000	-35 309
75 Subsídios à exploração	2 972	-2 972	0	10 000	-10 000
75203 Outros patrocínios	2 972	-2 972	0	10 000	-10 000
76 Reversões	102 917	-79 065	23 852	0	23 852
762 Perdas por imparidade	79 580	-55 728	23 852	0	23 852
76211 Dividas a receber	79 580	-55 728	23 852	0	23 852
763 Processos judiciais em curso	23 337	-23 337	0	0	0
78 Outros rendimentos	1030 777	-149 495	881 282	1092 748	-211 466
7816 Outros rendimentos suplementares	803 865	-155 028	648 837	729 900	-81 063
781601 Encontro Nacional dos CC	9 476	-9 476	0	7 500	-7 500
781604 Taxas e emolumentos	660 843	-95 554	565 288	635 023	-69 735
781605 Inscrições-Reg. atribuição créditos	20 162	7 886	28 049	18 550	9 499
781606 Publicidade	58 384	-2 884	55 500	68 827	-13 327
781609 Outros	55 000	-55 000	0	0	0
78713 Alienações-ativos fixos tangíveis	0	9 500	9 500	0	9 500
782 Descontos pronto pagamento	5 723	-5 723	0	0	0
7873 Rendas em propriedades investimento	163 436	-163 436	0	163 698	-163 698
7878 Rendas em ativos fixos tangíveis	3 431	169 220	172 652	150 000	22 652
788 Outros	54 322	-4 029	50 293	49 150	1143
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	3 022	-3 022	0	0	0
791 Juros obtidos	3 022	-3 022	0	0	0
Total	15 634 852	165 011	15 799 864	16 472 828	-672 964



Não obstante alguma variação entre rubricas (subrubricas) o nível de execução orçamental tem um grau bastante aceitável, contudo justificamos para uma melhor compreensão as seguintes situações:

- O desvio verificado nas vendas resulta da não concretização da cedência da base de dados para um País de expressão Portuguesa.
- Nas quotas verifica-se um desvio, sem contudo ter reflexos no aumento das imparidades, que apesar de tudo se mantiveram ao mesmo nível dos anos anteriores.
- No cômputo geral da formação também se verifica um desvio desfavorável, que teve como origem a não ocorrência da formação no âmbito do SNC-AP.
- Os rendimentos provenientes de eventos apresenta um desvio desfavorável face ao orçamento em virtude de não se ter realizado a formação prevista para países lusófonos, bem como conferências e sessões de esclarecimentos.
- As novas aplicações disponibilizadas no âmbito do TOConline originou que tivesse sido excedido o valor orçamentado.

Conclui-se por conseguinte que apesar dos desvios, a execução não foi prejudicada e que não teve repercussões que pudessem em qualquer momento criar dificuldades de funcionamento.

Gastos e Perdas

As rubricas de maior relevo (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos e perdas, no período em análise, um total de 15 597 918 euros:

Rubricas	2015	Varição 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamento
61 CMVMC	1934	-1515	418	8 520	-8 102
62 Fornecimento e serviços externos	9 750 692	33 412	9 784 104	9 904 658	-120 554
63 Gastos com o pessoal	4 458 760	145 315	4 604 075	4 719 910	-115 836
64 Gastos de depreciação e amortização	571 955	17 948	589 903	960 592	-370 689
65 Perdas por imparidade	232 330	12 200	244 530	250 000	-5 470
68 Outros gastos	323 665	-19 633	304 031	369 705	-65 674
69 Gastos de financiamento	56 115	14 741	70 856	126 980	-56 124
Total	15 395 450	202 468	15 597 918	16 340 365	-742 447

- Da análise que se constata deste quadro e da sua execução orçamental, conclui-se que o maior desvio resulta da rubrica de depreciações e amortizações que tinham sido acolhidas face ao desenvolvimento dos investimentos e à sua conclusão, que não vieram a ocorrer.



• Na rubrica de gastos com pessoal verifica-se um desvio face ao ano anterior devido às mudanças verificadas na estrutura e à não contratação em conformidade com o previsto, para complemento do quadro de pessoal.

• Nos fornecimentos e serviços externos verifica-se ainda um desvio com algum significado, resultante sobretudo da implementação da contratação pública.

Atendendo aos factos a execução orçamental foi concretizada em cerca de 95,5%, verificando-se um desvio favorável de cerca de 4,5%.

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas dele constante:

Rubricas	2015	Variação 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamento
61CMVMC	1934	-1515	418	8 520	-8 102
611 Mercadorias	1934	-1515	418	8 520	-8 102
62 FSE	9 750 692	33 412	9 784 104	9 904 658	-120 554
621 Subcontratos	528 188	610 978	1 139 166	1 067 090	72 076
622 Serviços especializados	4 950 706	-263 205	4 687 501	5 115 708	-428 207
6221 Trabalhos especializados	1 892 991	-180 777	1 712 214	1 805 140	-92 926
6222 Publicidade e propaganda	719 198	89 713	808 911	641 910	167 001
6223 Vigilância e segurança	76 609	-358	76 251	151 960	-75 709
6224 Honorários	1 210 688	-86 471	1 124 218	1 316 830	-192 612
6226 Conservação e reparação	635 447	-39 823	595 623	774 750	-179 127
6227 Serviços bancários	215 262	-26 328	188 934	234 840	-45 906
6228 Outros	200 511	-19 162	181 349	190 278	-8 929
623 Materiais	153 240	-54 446	98 794	147 500	-48 706
6231 Ferramentas e utensílios	0	0	0	2 500	-2 500
6232 Livros e documentação técnica	5 162	5 865	11 026	1 200	9 826
6233 Material de escritório	141 888	-65 567	76 321	139 800	-63 479
6234 Artigos para oferta	6 190	5 256	11 446	4 000	7 446
624 Energia e fluidos	134 266	4 429	138 696	140 650	-1 954
6241 Electricidade	97 701	9 215	106 916	99 000	7 916
6242 Combustíveis	21 470	-3 516	17 953	21 050	-3 097
6243 Água	15 095	-1 269	13 827	20 600	-6 773
625 Deslocações e estadas	574 919	-85 022	489 897	473 800	16 097
6251 Deslocações e estadas	574 919	-85 022	489 897	473 800	16 097
625101 Refeições	136 468	-24 275	112 193	104 200	7 993
625102 Deslocações	290 688	-50 756	239 932	247 600	-7 668
625103 Estadas	147 763	-9 990	137 773	122 000	15 773
626 Serviços diversos	3 409 373	-179 322	3 230 051	2 959 910	270 141
6261 Rendas e alugueres	668 214	-280 635	387 578	294 610	92 968
6262 Comunicação	1 249 909	25 591	1 275 500	1 231 290	44 210
6263 Seguros	1 262 107	179 045	1 441 152	1 280 800	160 352
6265 Contencioso e notariado	17 812	-3 072	14 740	18 000	-3 260
6266 Despesas de representação	100 864	-97 340	3 524	15 000	-11 476



Rubricas	2015	Varição 2015/2016	2016	Orçamento 2016	Desvio face ao orçamento
6267 Limpeza, higiene e conforto	92 017	15 540	107 557	120 210	-12 653
6268 Outros serviços	18 450	-18 450	0	0	0
63 Gastos com o pessoal	4 458 760	145 315	4 604 075	4 719 910	-115 836
631 Remunerações Órgãos da Ordem	1 021 653	-37 102	984 551	1 011 660	-27 109
632 Remunerações do pessoal	2 557 042	137 351	2 694 393	2 781 500	-87 107
635 Encargos sobre remunerações	767 621	16 497	784 119	810 200	-26 081
636 Seguros de acidentes no trabalho	13 995	4 193	18 188	14 200	3 988
637 Gastos de acção social	25 334	5 046	30 380	32 000	-1 620
638 Outros gastos com o pessoal	73 114	19 330	92 445	70 350	22 095
64 Gastos de depreciação e amortização	571 955	17 948	589 903	960 592	-370 689
641 Propriedades de investimentos	42 390	-42 390	0,00	43 610	-43 610
642 Ativos fixos tangíveis	398 707	26 685	425 393	719 870	-294 477
643 Ativos intangíveis	130 858	33 652	164 510	197 112	-32 602
65 Perdas por imparidade	232 330	12 200	244 530	250 000	-5 470
651 Em dívidas a receber	232 330	12 200	244 530	250 000	-5 470
68 Outros gastos	323 665	-19 633	304 031	369 705	-65 674
6811 Impostos directos	49 509	-9 061	40 448	40 575	-127
6812 Impostos indirectos	1 422	158	1 580	1 390	190
6813 Taxas	2 804	1 736	4 540	0	4 540
684 Perdas em inventários	0	7 350	7 350	0	7 350
6881 Correções períodos anteriores	29 616	37 725	67 341	0	67 341
6882 Donativos	29 120	-11 040	18 080	50 000	-31 920
6883 Quotizações	66 415	-11 148	55 266	60 140	-4 874
6888 Outros	144 779	-35 352	109 427	217 600	-108 173
69 Gastos de financiamento	56 115	14 741	70 856	126 980	-56 124
6911 Juros de financiamentos obtidos	5 091	24 254	29 344	85 940	-56 596
6917 Juros contrato de locação financeira	50 894	-9 382	41 512	41 040	472
6918 Outros juros	130	-130	0	0	0
Total	15 395 450	202 468	15 597 918	16 340 365	-742 447

As mercadorias vendidas e matérias consumidas estão sobretudo relacionadas com a venda de manuais de formação.

Os fornecimentos e serviços externos que agregam subrubricas relevantes para o funcionamento e desempenho da OCC, merecem da nossa parte especial atenção as que passamos a apreciar:

- Os subcontratos incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do TOConline e a produção de vinhetas. Assim, resulta desta subrubrica um desvio negativo que teve origem no desempenho e desenvolvimento do TOConline e que potenciou um expressivo aumento dos rendimentos.
- Os serviços especializados são uma componente importante e relevante dos fornecimentos e serviços externos, dado que reflete no seu computo



geral um desvio favorável que nos apraz registar. Porém existem pontualmente algumas dessas subrubricas que nos merecem observação mais cuidada, e pormenorizada e que passamos a observar:

- Os trabalhos especializados refletem um desvio favorável de realçar, uma vez que estão diretamente relacionado com a formação e esta manteve padrões de qualidade e níveis de relevo.
- Na componente publicidade e propaganda verifica-se um desvio desfavorável, que resulta da revisão e ajustamentos de protocolos, sem comprometer a execução da rubrica serviços especializados.
- De realçar o desvio favorável nos honorários sem por em causa a manutenção da qualidade dos serviços em resultado de uma maior e mais assertiva coordenação e contratação.
- Na conservação e reparação verificou-se um desvio favorável, que resulta sobretudo da eficácia na contratação e ainda pelo facto dos bens e equipamentos, não terem necessidade de serem intervencionados.
- Em outros gastos e perdas é de destacar em especial a referência à contribuição para o fundo de pensões no valor de 163 436 euros.
- Os gastos com deslocações apresenta um desvio desfavorável não sendo expressivo. Porém estes gastos estão relacionados, com a importância da OCC estar presente nos eventos e nas reuniões dos parceiros e organismos internacionais, nas áreas da contabilidade e fiscalidade, nomeadamente o IFAC (International Federation of Accountants) já como membros efetivos, EFFA (European Federation of Accountants and Auditors for SME's), onde estamos representados no board, no CILEA (Comité de Integração Latino-Europa-América), FCM (Fédération des Experts Comptables Méditerranéens), nos Países Lusófonos e no IIC (International Institute of Costs), entre outros.

O ano de 2016 foi de muita participação, com actividades diversas, nas reuniões como membros ativos, em congressos e conferências de vital importância para a OCC no cumprimento da sua estratégia de engrandecimento em prol do reconhecimento e afirmação nacional e internacional.

- As despesas de representação em contraponto com as referidas deslocações anteriormente tiveram um desempenho favorável que se regista.
- Os serviços diversos apresentam um desvio desfavorável cuja origem advém das rendas e alugueres, da comunicação e dos seguros, de entre estes



os mais relevantes são o seguro de responsabilidade civil e o seguro de saúde disponibilizados aos membros. O seguro de responsabilidade civil sofreu um ajustamento não previsível, devido ao enorme aumento de sinistros apresentados e pagos.

- As rendas e alugueres apresentam um aumento justificado pela necessidade de recorrer a espaços adicionais para as formações.

- No que se refere à comunicação o desvio decorreu do envio extraordinário e ocasional de correio não previsto.

Contudo, estes factos não comprometeram a execução orçamental no seu cômputo geral.

Investimentos

A propriedade de investimento, relativa às instalações na Avenida 24 de julho, n.º 58 (terrenos e edifícios) foi reclassificada como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora a partir do período de 01/01/2016.

Os investimentos realizados no período em apreço, totalizaram 2 866 485 euros, apresentados no quadro:

Ativos fixos tangíveis	2015	Adições	Abate	Transferência	2016
Terrenos e recursos naturais	2 993 778			236 638	3 230 416
Edifícios e outras construções	12 365 078	92 191		2 232 455	14 689 724
Equipamento de transporte	291 432	45 646	69 929		267 150
Equipamento administrativo	3 674 646	68 862	4 262		3 739 245
Outros ativos tangíveis	227 069				227 069
Bens do património histórico e cultural	66 860				66 860
Investimentos em curso-Instalações	9 134 728	2 538 389		92 191	11 580 927
Investimentos em curso-WEB TV	98 372	163 588			261 960
Investimentos em curso-Outros		90 000			90 000
Ativo bruto	28 851 963	2 998 676	74 191	2 561 284	34 153 350
Depreciações acumuladas	6 667 565	425 402	74 191	375 503	7 394 279
Ativo líquido	22 184 399	2 573 274	0	2 185 780	26 759 072
Propriedade de investimento	2015	Adições	Abate	Transferência	2016
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa					
Terrenos e recursos naturais	236 638			-236 638	0
Edifícios e outras construções	2 232 455			-2 232 455	0
Subtotal	2 469 093			-2 469 093	0
Depreciações acumuladas	375 512			-375 512	0
Saldo no final do período	2 093 581			-2 093 581	0



O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultou da venda de uma viatura e do abate de mobiliário diverso, por se considerar obsoleto.

Quadro representativo para análise dos investimentos concluídos ou em curso:

Projeto de investimento Lisboa e Porto	Orçamento	Investimento realizado até 31/12/2016	Valores pagos	Capitais próprios
Porto - Largo 1.º de dezembro, n.º 43 e 62				
Custos totais de aquisição	3 027 000	3 219 475	3 219 475	1 219 475
Obras	3 513 900	4 205 214	4 032 781	2 032 782
Subtotal	6 540 900	7 424 689	7 252 256	3 252 257
Lisboa - Av. Defensores de Chaves, 83 e 85				
Custos totais de aquisição	1 798 950	1 803 440	1 803 440	1 018 440
Obras	1 840 080	886 994	656 376	43 488
Subtotal	3 639 030	2 690 434	2 459 816	1 061 928
Lisboa - Casa do CC				
Custos totais de aquisição	1 288 800	1 315 121	640 121	640 121
Obras	100 000	150 682	149 108	149 108
Provisão para alterações	431 270			
Subtotal	1 820 070	1 465 804	789 229	789 229
Total	12 000 000	11 580 927	10 501 302	5 103 414

Projeto de investimento/financiamento Lisboa e Porto	Financiamento aprovado	Financiamento utilizado	Amortização da dívida	Capital em dívida	Financiamento a utilizar
Porto - Largo 1.º de dezembro, n.º 43 e 62					
Custos totais de aquisição	2 000 000	2 000 000	66 667	1 933 333	0
Obras	2 000 000	2 000 000	0	2 000 000	0
Subtotal	4 000 000	4 000 000	66 667	3 933 333	0
Lisboa - Av. Defensores de Chaves, 83 e 85					
Custos totais de aquisição	785 000	785 000	0	785 000	0
Obras	1 440 000	612 888	0	612 888	827 112
Subtotal	2 225 000	1 397 888	0	1 397 888	827 112
Lisboa - Casa do CC					
Custos totais de aquisição	675 000	675 000	77 456	597 544	0
Obras	100 000	0	0	0	100 000
Subtotal	775 000	675 000	77 456	597 544	100 000
Total	7 000 000	6 072 887	144 122	5 928 766	927 113



Responsabilidade social

A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da Instituição, é um aspeto de grande relevância.

A 31 de dezembro de 2016, do universo de 70 975 membros inscritos na Ordem, 47,72 por cento são homens e, 52,28 por cento são mulheres, o que não deixa de ser revelador da crescente importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Os dados comparados com o período anterior, verificamos um ligeiro aumento do número de mulheres, a percentagem em 2015 era de 51,92 e em 2016 é de 52,28.

Por outro lado, a estrutura etária da profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar o «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais, se situa entre os 35 e os 50 anos, conforme quadro que se segue:

Faixa etária	F	M	Total	%
<25	162	70	232	0,3%
>=25 e < 30	1146	441	1587	2,2%
>=30 e < 35	2118	950	3068	4,3%
>=35 e < 40	6432	3220	9652	13,6%
>=40 e < 45	12288	7230	19518	27,5%
>=45 e < 50	7090	5640	12730	17,9%
>=50 e < 55	3197	3293	6490	9,1%
>=55 e < 60	1949	3085	5034	7,1%
>=60 e < 65	1534	3361	4895	6,9%
>=65	1191	6578	7769	10,9%
Total	37107	33868	70975	100,0%

Em conformidade com o compromisso assumido, mantendo a tradição, a Ordem procedeu à entrega das verbas provenientes da renda do nosso edifício situado na Avenida 24 de Julho, ao fundo de pensões. Em 2016, o contributo ascendeu a 163 436 euros, tendo até ao final do ano totalizado 6 737 208 euros, conforme quadro seguinte:

Ano	Anual	Acumulado
Até 2013		6 243 507
2014	166 435	6 409 942
2015	163 830	6 573 772
2016	163 436	6 737 208



Beneficiários	Até 2013	2014	2015	2016
N.º de beneficiários	123	34	31	31
Valor pago	213 342	58 381	55 677	70 352

Rubricas	2014	2015	2016
Seguro responsabilidade civil CC	416 756	421 519	552 087
Seguro de saúde CC	723 330	809 266	858 505
SICC	194 703	149 365	153 295
Revista Contabilista	959 420	910 251	918 981
Revista Contabilidade e Gestão	33 169	27 841	26 204
Revista formação			
Revista IDEF	15 248	15 248	15 248
Fundo de Pensões	166 435	163 830	163 436
Reuniões livres	381 153	360 634	369 422
Fundo Solidariedade Social	58 381	55 677	70 352
Departamento Técnico	476 704	466 423	474 288
Representações	285 600	281 113	320 956
Total	3 710 899	3 661 167	3 922 775

Neste quadro podemos aferir o retorno direto aos membros, considerando as participações financeiras:

Retorno direto por membro	2014	2015	2016
N.º Membros	71 825	71 565	70 975
Devolução anual	51,67 €	51,16 €	55,27 €
Devolução mensal	4,31 €	4,26 €	4,61 €

Conclusão

Face aos valores e considerações apresentadas, a execução orçamental dos rendimentos e réditos e dos gastos e perdas foi de 96% e de 95,5%, respetivamente.

Verifica-se assim uma execução equilibrada, o que demonstra o bom desempenho de todos os envolvidos na vida da Ordem: membros, colaboradores e dirigentes, parceiros e fornecedores de bens e serviços, entre outros.

Por outro lado, refira-se ainda a credibilidade dos documentos previsionais, plano de atividades e orçamento.

O presente documento confirma a gestão equilibrada e eficiente, com opções e decisões adequadas, sem colocar em risco em qualquer momento, as metas e os objetivos inicialmente propostos.



Foi com a participação de todos que aquele desiderato foi atingido, tendo alcançado os desafios a que nos propusemos.

Face ao que antecede, o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Geral o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do exercício de 2016.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 15 091 euros para a conta de «Fundos»;
 - 2.2. A importância de 116 503 euros para a conta de «Resultados transitados»;
 - 2.3. A importância de 70 352 euros para a conta «Fundo de solidariedade social».
3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os colaboradores internos e externos da Ordem, sem os quais a gestão relatada não seria possível, bem como a todas as entidades que, de qualquer forma, se relacionaram com a nossa Instituição, no exercício objeto de relato.

Conselho Diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Filomena Felgueiras Moreira	Ezequiel Fernandes	Cláudia Afonso dos Santos	Rosa Teresa Santos	José Carlos Marques	Maria José Fernandes	Artur Maria da Silva



10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2016

Rubricas	Notas	2016	2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/6	26 602 212	22 117 539
Bens do património histórico e cultural	4	156 860	66 860
Propriedades de Investimento	4		2 093 581
Ativos Intangíveis	5	415 874	580 384
Outros créditos e ativos não correntes		2 472	862
Subtotal		27 177 418	24 859 226
Ativo corrente			
Inventários	8	1 093	1 093
Créditos a receber	12.1	7 501	5 617
Estado e outros entes públicos	14.1	0	27 248
Membros	12.1/12.2	1 756 027	2 081 305
Diferimentos	14.2	196 060	221 033
Outros ativos correntes	12.1	57 176	75 806
Caixa e depósitos bancários	12.3	69 465	642 386
Subtotal		2 087 323	3 054 488
Total do ativo		29 264 741	27 913 714
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	15 013 431	14 829 706
Resultados transitados	3.2	-116 503	0
Reservas fundo de solidariedade social	14.4	179 648	194 323
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	20 000	20 000
Subtotal		15 096 576	15 044 028
Resultado líquido do período		201 946	239 402
Total dos fundos patrimoniais		15 298 522	15 283 431
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10	51 391	51 391
Financiamentos obtidos	6/7	7 501 608	7 045 900
Outras dívidas a pagar		171 112	
Subtotal		7 724 110	7 097 292
Passivo corrente			
Fornecedores	12.1	1 292 229	854 196
Estado e outros entes públicos	14.1	236 031	174 020
Financiamentos obtidos	6/7	2 500 943	1 135 588
Diferimentos	14.2	493 069	345 855
Outros passivos correntes	12.1/13	1 719 838	3 023 333
Subtotal		6 242 109	5 532 991
Total do Passivo		13 966 219	12 630 283
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		29 264 741	27 913 714



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2016

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	14 894 729	14 495 164
Subsídios à exploração	9	0	2 972
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-418	-1934
Fornecimentos e serviços externos		-9 784 104	-9 750 692
Gastos com o pessoal	13	-4 604 075	-4 458 760
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-220 678	-152 750
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10	0	23 337
Outros rendimentos	4.1/9	881 282	1 033 799
Outros gastos		-304 031	-323 665
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		862 705	867 472
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-589 903	-571 955
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		272 802	295 517
Juros e gastos similares suportados	6/7	-70 856	-56 115
Resultado antes de impostos		201 946	239 402
Imposto sobre o rendimento do período	11		
Resultado líquido do período		201 946	239 402

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2016

Rubricas	Notas	2016	2015
Fluxos de caixa de atividades operacionais método direto			
Recebimentos de membros		16 686 897	15 759 894
Pagamentos a fornecedores		-10 840 822	-10 282 493
Pagamentos ao pessoal		-4 456 237	-4 346 741
Caixa geradas pelas operações		1 389 838	1 130 659
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		738	17 319
Outros recebimentos/pagamentos		105 820	91 874
Fluxos das atividades operacionais (1)		1 496 396	1 239 852
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3 777 698	-1 526 561
Ativos Intangíveis		-217 611	-419 731
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		163 436	
Investimentos financeiros			149 816
Juros e rendimentos similares			594
Fluxos das atividades de investimento (2)		-3 831 873	-1 795 881
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3 143 651	3 057 318
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-616 667	-1 320 000
Juros e gastos similares		-60 383	-55 346
Financiamentos obtidos de locação financeira		-704 045	-695 299
Fluxos de atividades de financiamento (3)		1 762 556	986 673
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-572 920	430 644
Caixa e seus equivalentes no início do período		642 386	211 742
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.3	69 465	642 386



Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais no período 2016

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas fundo solidariedade social	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 de janeiro de 2016 (ESNL)	14 829 706	194 323	0	20 000	239 402	15 283 431
Resultado líquido do período de 2015			239 402		-239 402	0,00
Outras variações	183 725	-14 675	-355 905		201 946	15 091
Posição em 31 de dezembro de 2016 (ESNL)	15 013 431	179 648	-116 503	20 000	201 946	15 298 522



11. ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

1.1. Designação da entidade: Ordem dos Contabilistas Certificados

1.2. Sede: Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3. Natureza da atividade: A Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro em conformidade com a Lei 2/2013 de 10 de Janeiro cuja redação em vigor consta da Lei n.º 139/2015 de 07 de setembro-Estatuto e Código Deontológico. A Ordem representa os profissionais que, nos termos do presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de contabilista certificado.

1.4. Tal como prevê a NCRF-ESNL, sempre que não esteja previsto algum aspeto particular recorre-se supletivamente às restantes normas do SNC.

1.5. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas, de acordo com o sistema de normalização contabilística para as entidades sem fins lucrativos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março de 2011.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho NCRF-ESNL

Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras

Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho – Código de Contas

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho

Portaria n.º 105/2011, de 14 de março – Modelos de Demonstrações Financeiras;

Portaria 106/2011, de 14 de março – Código de Contas;

Aviso n.º 6726 – B/2011 – 14 de março – NCRF-ESNL;

Portaria n.º 986/2009, de 07 de setembro;

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho – SNC



2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

a) Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2015.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da OCC, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros activos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

A vida útil e métodos de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas.



As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do período em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados por naturezas nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso ainda em fase de construção, encontram-se registados ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento, de acordo com o pretendido pelo Conselho Diretivo.

As propriedades de investimento (terrenos e edifícios) foram reclassificadas como ativos fixos tangíveis, de acordo com o capítulo 7, do aviso n.º 8259/2015 de 16 de julho, em consideração da norma aplicável ao período a partir 01/01/2016.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações.

As despesas de desenvolvimento e manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em sistema de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	Entre 3 anos a 6 anos

Provisões e passivos contingentes

As provisões na data do balanço, foram objecto de análise, não havendo motivo ou justificação para que fossem ajustados e estimados outros valores.



Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis da entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Loações

A classificação das loações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como loações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como loações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Custos dos empréstimos obtidos

Neste capítulo é adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

Rendimento

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:



- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;

A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Imposto sobre o rendimento

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.



Reconhecimento e mensuração

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

Os passivos (ativos) por impostos sobre o rendimento dos períodos correntes e anteriores devem ser mensurados pela quantia que se espera que seja paga (recuperada de) às autoridades fiscais, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) aprovadas à data do balanço.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser contabilizadas como um gasto a afetar os resultados.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outras dívidas de terceiros

As dívidas dos membros estão mensuradas ao custo menos qualquer perda de imparidade. As dívidas de «outros terceiros» encontram-se mensuradas ao custo.

As dívidas de membros ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo custo.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As dife-



renças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos».

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho Diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da OCC.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

3.2. Correção de erros de períodos anteriores

Foram efetuadas correções com reporte ao período anterior, que a seguir se apresenta na demonstração de resultados e balanço, identificadas na coluna «reexpressão» e que corresponde ao que deveria ter sido reconhecido em 2015 (princípio do acréscimo – conhecimento após data do balanço), conforme ponto 3.4, do anexo 16 da Portaria n.º 220/2015, de 24 de



julho.

Balanço em 31 de dezembro de 2016

Rubricas	Notas	2016	2015	Reexpressão	2015
ATIVO					
Ativo não corrente					
Activos fixos tangíveis	4/6	26 602 212	22 117 539		22 117 539
Bens do património histórico e cultural	4	156 860	66 860	40 000	106 860
Propriedades de Investimento	4		2 093 581		2 093 581
Ativos Intangíveis	5	415 874	580 384		580 384
Outros créditos e ativos não correntes		2 472	862		862
Subtotal		27 177 418	24 859 226	40 000	24 899 226
Ativo corrente					
Inventários	8	1 093	1 093		1 093
Créditos a receber	12.1	7 501	5 617	-615	5 002
Estado e outros entes públicos	14.1	0	27 248		27 248
Membros	12.1/12.2	1 756 027	2 081 305		2 081 305
Diferimentos	14.2	196 060	221 033		221 033
Outros ativos correntes	12.1	57 176	75 806	-7 385	68 421
Caixa e depósitos bancários	12.3	69 465	642 386		642 386
Subtotal		2 087 323	3 054 488	-8 000	3 046 488
Total do ativo		29 264 741	27 913 714	32 000	27 945 714
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO					
Fundos patrimoniais					
Fundos	14.4	15 013 431	14 829 706		14 829 706
Resultados transitados	3.2	-116 503	0		0
Reservas fundo de solidariedade social	14.4	179 648	194 323		194 323
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	20 000	20 000		20 000
Subtotal		15 096 576	15 044 028	0	15 044 028
Resultado líquido do período		201 946	239 402	-116 503	122 900
Total dos fundos patrimoniais		15 298 522	15 283 431	-116 503	15 166 928
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	10	51 391	51 391		51 391
Financiamentos obtidos	6/7	7 501 608	7 045 900		7 045 900
Outras dívidas a pagar		171 112			
Subtotal		7 724 110	7 097 292	0	7 097 292
Passivo corrente					
Fornecedores	12.1	1 292 229	854 196		854 196
Estado e outros entes públicos	14.1	236 031	174 020		174 020
Financiamentos obtidos	6/7	2 500 943	1 135 588		1 135 588
Diferimentos	14.2	493 069	345 855		345 855
Outros passivos correntes	12.1/13	1 719 838	3 023 333	148 503	3 171 835
Subtotal		6 242 109	5 532 991	148 503	5 681 494
Total do passivo		13 966 219	12 630 283	148 503	12 778 786
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		29 264 741	27 913 714	32 000	27 945 714



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2016

Rendimentos e Gastos	Notas	2016	2015	Reexpr.	2015
Vendas e serviços prestados	9	14 894 729	14 495 164		14 495 164
Subsídios à exploração	9	0	2 972		2 972
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-418	-1934		-1934
Fornecimentos e serviços externos		-9 784 104	-9 750 692	-119 585	-9 870 277
Gastos com o pessoal	13	-4 604 075	-4 458 760		-4 458 760
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	-220 678	-152 750		-152 750
Provisões específicas (aumentos/reduções)	10	0	23 337		23 337
Outros rendimentos	4.1/9	881 282	1 033 799	3 082	1 036 881
Outros gastos		-304 031	-323 665		-323 665
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		862 705	867 472	-116 503	750 969
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-589 903	-571 955		-571 955
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		272 802	295 517	-116 503	179 014
Juros e gastos similares suportados	6/7	-70 856	-56 115		-56 115
Resultado antes de impostos		201 946	239 402	-116 503	122 900
Imposto sobre o rendimento do período	11				
Resultado líquido do período		201 946	239 402	-116 503	122 900

4. Ativos fixos tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

b) As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) A vida útil foi determinada de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, os abates, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, desenvolvido de acordo com o seguinte quadro:



Descrição	2015	Adições	Abate	Transferência	2016
Terrenos e recursos naturais	2 993 778			236 638	3 230 416
Edifícios e outras construções	12 365 078	92 191		2 232 455	14 689 724
Equipamento de transporte	291 432	45 646	69 929		267 150
Equipamento administrativo	3 674 646	68 862	4 262		3 739 245
Outros ativos tangíveis	227 069				227 069
Bens do património histórico e cultural	66 860				66 860
Investimentos em curso - Instalações	9 134 728	2 538 389		92 191	11 580 927
Investimentos em curso - WEB TV	98 372	163 588			261 960
Investimentos em curso - Outros		90 000			90 000
Ativo bruto	28 851 963	2 998 676	74 191	2 561 284	34 153 350
Depreciações acumuladas	6 667 565	425 402	74 191	375 503	7 394 279
Ativo líquido	22 184 399	2 573 274	0	2 185 780	26 759 072
Propriedade de investimento	2015	Adições	Abate	Transferência	2016
Avenida 24 de Julho, n.º 58, em Lisboa					
Terrenos e recursos naturais	236 638			-236 638	0
Edifícios e outras construções	2 232 455			-2 232 455	0
Subtotal	2 469 093			-2 469 093	0
Depreciações acumuladas	375 512			-375 512	0
Saldo no final do período	2 093 581			-2 093 581	0

A propriedade de investimento, relativa às instalações na Avenida 24 de julho, n.º 58 (terrenos e edifícios) foi reclassificada como ativos fixos tangíveis, em cumprimento da alteração prevista na norma que vigora a partir do período de 01/01/2016.

Encontram-se registados ao custo de aquisição os investimentos em curso, que contemplam os valores realizados na aquisição dos edifícios para centros de formação e Casas do Contabilista Certificado, em Lisboa e no Porto. Os valores apresentados incluem as despesas com a coordenação e acompanhamento dos projetos, relativos às obras de remodelação das instalações, conforme o quadro que se segue:

Designação	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras	Total
LISBOA						
Av. Defensores de Chaves, n.º 85 e 85 B	500 000	4 499	36 553	798	59 563	601 413
Av. Defensores de Chaves, n.º 83 e 83 C	1 175 000	9 400	76 375	815	827 431	2 089 021
Casa do CC - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A	1 200 000	12 487	101 454	1 180	150 682	1 465 804
Subtotal	2 875 000	26 385	214 382	2 793	1 037 676	4 156 237
PORTO						
Av. 1.º de Dezembro, n.º 43 e 62	3 000 000	24 000	195 000	475	4 205 214	7 424 689
Total	5 875 000	50 385	409 382	3 268	5 242 890	11 580 926



5. Ativos intangíveis

a) Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas.

b) As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Descrição	2015	Adições	2016
Ativo intangível			
Programas de computador (TOConline)	426 501		426 501
Licenças Oracle	167 783		167 783
Licenças Microsoft	150 845		150 845
Programa de computador (AFE)	86 100		86 100
Ativo intangível bruto	831 230	0	831 230
Amortizações acumuladas	250 846	164 510	415 356
Amortização acumulada	250 846	164 510	415 356
Ativo intangível líquido	580 384	-164 510	415 874

6. Loções

6.1. Loções financeiras

a) A quantia escriturada é líquida, à data do balanço, para cada categoria de ativo;

b) A depreciação incide sobre o valor de aquisição (inclui IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25 por cento do valor do terreno, que não é depreciablel.

Ativo não corrente	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Ativo fixo tangível			
Sede - Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45	9 448 020	1 625 081	7 822 939
Investimentos em curso			
Casa do CC - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A	1 465 804	-	1 465 804

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Ano 2017	> 1ano e = 5anos	>5 anos	Total
Banco Comercial Português				
Contrato n.º 450002473	681 343	1 874 361	0	2 555 704
Banco BPI, S.A.				
Contrato n.º 20006211	34 852	145 431	417 261	597 544
Total das loções financeiras	716 195	2 019 792	417 261	3 153 248



6.2. Responsabilidades refletidas

Em 31 de dezembro de 2016, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Designação	2017	2018 e seguintes	Total médio e longo prazo
Contrato n.º 450002473	681343	1874361	2555704
Contrato n.º 20006211	34852	562692	597544

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

7. Custos dos empréstimos obtidos

7.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Financiamentos obtidos» por via da locação financeira (ver nota 6), e empréstimos bancários, apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	2016			2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários:						
Banco Comercial Português	500000		500000	200000		200000
Banco Santander Totta	518081		518081	230000		230000
Banco BPI, S.A.	766667	3064555	3831221		2585000	2585000
Banco BPI, S.A. (JESSICA)		2000000	2000000		1307318	1307318
Locações financeiras:						
Banco Comercial Português	681343	1874361	2555704	671876	2555704	3227580
Banco BPI, S.A.	34852	562692	597544	33712	597878	631590
Total	2500943	7501607	10002550	1135588	7045900	8181488

É adotada a política de capitalização dos juros dos financiamentos obtidos, quando estão diretamente ligados com os ativos fixos tangíveis em curso.

Financiamentos obtidos não correntes locações financeiras	Contrato n.º 450002473		Contrato n.º 20006211	
	2016	2015	2016	2015
1 a 2 anos	690943	681343	35444	34357
2 a 3 anos	700679	690943	36046	35014
3 a 4 anos	482739	700679	36659	35684
4 a 5 anos		482739	37282	36366
Mais de 5 anos			417261	456458
Total	1874361	2555704	562692	597878



8. Inventários

Mercadorias e matérias-primas

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se mensuradas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio.

O sistema de inventário utilizado é o permanente.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os inventários da entidade, detalham-se conforme quadro que se segue:

Rubricas	2016		2015	
	Quantia Bruta	Quantia líquida	Quantia Bruta	Quantia líquida
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0	0	0	0
Mercadorias	1093	1093	1093	1093
Total	1093	1093	1093	1093

Quantia de inventários reconhecida como gastos durante o período.

Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante os períodos finidos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detalham-se conforme quadro que se segue:

Movimentos	2016	2015	
	Mercadorias	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Saldo inicial	1093	1100	59 253
Compras	418	1927	
Regularizações			-59 253
Saldo final	-1093	-1093	0
Gastos no período	418	1934	0

9. Rendimentos

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:



Rubricas	2016	2015	Varição
Vendas			
Livros			0
Brochuras ações de formação	3 498	7 339	-3 841
Subtotal	3 498	7 339	-3 841
Prestação de serviços			
Jóias	76 000	115 000	-39 000
Quotização			
Membros efectivos	10 218 618	10 296 984	-78 366
Membros suspensos	194 634	195 258	-624
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	1 801 280	1 531 712	269 568
Formação (segmentada, permanente, à distância e recorrente)	749 696	1 384 859	-635 163
Conferências	53 988	85 357	-31 369
Congressos	24 530	89 160	-64 630
Formação nos PALOP	0	19 025	-19 025
Vinhetas	74 778	95 375	-20 598
Serviços de informática	1 583 017	538 732	1 044 285
Multas	114 691	136 363	-21 672
Subtotal	14 891 232	14 487 825	403 406
Outros rendimentos			
Encontro Nacional dos CC	0	9 476	-9 476
Taxas e emolumentos e outros	593 337	681 005	-87 668
Publicidade	55 500	58 384	-2 884
Outros rendimentos	0	55 000	-55 000
Patrocínios	0	2 972	-2 972
Rendas de propriedades de investimento	0	163 436	-163 436
Rendas em ativos fixos tangíveis	172 652	3 431	169 220
Subtotal	821 489	973 704	-152 215
Juros			
Depósitos bancários	0	3 022	-3 022
Total	15 716 218	15 471 890	244 328

10. Provisões, passivos contingentes

As provisões estão reconhecidas tendo em conta o parágrafo 13 da NCRF 21:

- A entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- Seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos necessários para liquidar a obrigação;
- Possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.



Mantém-se a estimativa, que foi determinada de acordo com os riscos e incertezas associados às obrigações que se encontram por liquidar.

Provisões	Processos judiciais em curso	Outras Provisões	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2016	45 000	6 391	51 391
Saldo em 31 de dezembro de 2016	45 000	6 391	51 391

11. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 pode ser detalhado da seguinte forma:

A reconciliação do resultado antes de imposto, para o imposto do período, é a seguinte:

Descrição	2016	2015
Resultado antes de impostos	201 946	239 402
Resultado antes de impostos sujeito (I)	-727 800	-279 615
Taxa de imposto (II)	21,50%	21,50%
Imposto esperado (IXI)		
Imposto sobre o rendimento (III)		
Taxa efectiva de imposto (III / I)	0,00%	0,00%

12. Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros foram as do custo.

12.1. Fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as rubricas de fornecedores, outros passivos correntes, membros e créditos a receber, apresentavam a seguinte decomposição:



Descrição	2016			2015		
	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Membros	4 844 175	3 088 148	1 756 027	4 948 775	2 867 470	2 081 305
Créditos a receber	7 501		7 501	5 617		5 617
Outros ativos correntes	71 706	14 530	57 176	90 336	14 530	75 806
Total do ativo	4 923 382	3 102 678	1 820 704	5 044 728	2 882 001	2 162 727
Passivos						
Fornecedores	1 292 229		1 292 229	854 196		854 196
Outros passivos correntes	1 719 838		1 719 838	3 023 333		3 023 333
Total do Passivo	3 012 066		3 012 066	3 877 529	0	3 877 529
Total líquido	1 911 316	3 102 678	-1 191 362	1 167 199	2 882 001	-1 714 802

12.2. Reconhecimento das perdas por imparidade de dívidas a receber

O cálculo é efetuado de acordo com a antiguidade da dívida.

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Dívidas dos Membros 2016	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros	Dívidas dos Membros 2015	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros
Até 12 meses	1 029 282		1 235 508	
De 13 a 18 meses	118 578	17 787	131 040	19 656
De 19 a 24 meses	138 264	34 566	149 460	37 365
De 25 a 60 meses	1 044 511	522 256	1 244 635	622 318
Superior a 60 meses	2 513 540	2 513 540	2 188 132	2 188 132
Total	4 844 175	3 088 148	4 948 775	2 867 470

	Perdas por imparidade do período	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber			
Membros	244 530	23 852	220 678
Total	244 530	23 852	220 678

12.3. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:



Descrição	2016	2015
Caixa e depósitos bancários		
Caixa	7 851	24 360
Depósitos à ordem	61 614	618 026
Total	69 465	642 386

13. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com o pessoal	2016	2015
Remunerações dos órgãos da OCC	984 551	1 021 653
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	216 718	231 826
Outros gastos	24 723	13 150
Remunerações do pessoal	2 694 393	2 557 042
Encargos sobre remunerações do pessoal	567 401	535 796
Outros gastos	116 289	99 293
Total	4 604 075	4 458 760

A rubrica «Outros gastos» inclui gastos com a medicina no trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

14. Outras informações

14.1. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Estado e outros entes públicos		
Ativos		
Imposto sobre o rendimento a receber		738
Imposto sobre o valor acrescentado		26 510
Total do ativo	0	27 248
Retenção de impostos sobre rendimentos	95 750	90 084
Imposto sobre o valor acrescentado	58 717	0
Contribuições para a segurança social	81 394	83 834
Fundo de compensação do trabalho	169	102
Total do passivo	236 031	174 020
Total líquido	236 031	146 772

14.2. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de «Diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:



Diferimentos	2016	2015
Ativos		
Gastos a reconhecer		
Contratos de manutenção <i>software</i>	86 143	28 816
Material de economato	32 081	63 274
Juros - Contrato <i>leasing</i>	2 438	3 064
Outros		
Aluguer de salas	1 395	
Manuais formação	16 769	
Seguro de doença	37 747	32 944
Seguro de responsabilidade civil CC		70 808
Deslocações e estadas	1 054	
Honorários de formadores	1 000	
Seguros diversos	11 344	8 691
Outros	6 088	13 436
Total	196 060	221 033
Passivos		
Rendimentos a reconhecer		
Jóias, quotização, inscrições	493 069	345 855
Formação, rendas		
Total	493 069	345 855

14.3. Fluxos de caixa:

14.3.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Descrição	2016
Caixa e depósitos bancários	
Caixa	7 851
Depósitos à ordem	61 614
Total	69 465

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da OCC.

14.4. Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

Fundos patrimoniais	2016	2015
Fundos	15 013 431	14 829 706
Resultados transitados	-116 503	0
Reservas fundo de solidariedade social	179 648	194 323
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Resultado líquido do período	201 946	239 402
Total	15 298 522	15 283 431



De salientar que durante o período de 2016, 31 membros beneficiaram do Fundo Social, no total de 70 352 euros.

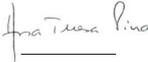
14.5. Fundo de pensões

Na rubrica «Outros passivos correntes» (nota 12.1) mantém-se reconhecido o montante de 250 000 euros, relativo à contribuição para o fundo de pensões, cujo valor será entregue logo que exista disponibilidade financeira.

15. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do Balanço, não temos conhecimento de tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Diretivo e autorizadas para emissão em 8 de março de 2017.

CCn.º 7605	Conselho Diretivo						
	Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
							
Ana Teresa Pina	Filomena Felgueiras Moreira	Ezequiel Fernandes	Cláudia Afonso dos Santos	Rosa Teresa Santos	José Carlos Marques	Maria José Fernandes	Artur Maria da Silva



12. PARECER DO CONSELHO SUPERIOR

No respeito pelos Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (hoje Ordem dos Contabilistas Certificados) e, tendo em vista o exercício dos poderes conferidos pelo n.º 1 do artigo 33.º C, reuniu, em 9 de março de 2017, o Conselho Superior da Instituição, para emitir parecer, nos termos das disposições citadas, sobre o Relatório e Contas da Ordem, apresentados pelo Conselho Diretivo à Assembleia Geral, a realizar a 25 de março do corrente ano.

Como é seu dever e tem sido sua prática, o Conselho Superior procedeu a uma análise detalhada do conteúdo dos documentos sob apreciação, traduzida numa ampla troca de informações entre os seus membros e num profícuo debate, induzido pela intervenção inicial, da Bastonária Filomena Moreira que na sequência do falecimento do Bastonário António Domingues de Azevedo ocorrido a 11 de setembro de 2016, tomou posse nesta qualidade no dia 19 do mesmo mês, o que provocou uma alteração da composição do Conselho Diretivo.

Torna-se difícil exprimir num parecer sintético o conteúdo integral da apreciação que o Conselho Superior fez da natureza e conteúdo dos documentos apresentados, bem como de todas as conclusões a que se chegou, como consequência da reunião efetuada, pelo que se opta por salientar os aspetos mais relevantes e mais marcantes do período.

Assim em consequência daquela análise e da discussão havida salientamos os pontos mais relevantes:

1. Os desvios que se verificam face ao Orçamento e Plano de Atividades para 2016, aprovado em Assembleia Geral, não são significativos.
2. Deve realçar-se a execução, praticamente integral, de todas as tarefas definidas, nos diversos domínios de atividade da Ordem dos Contabilistas Certificados, sem que isso se tenha traduzido em desvios significativos ao nível de rendimentos e gastos.
3. Esta execução, qualitativa e quantitativa, é tanto mais de salientar, quanto, como é sabido, o exercício de 2016, decorreu num período que à semelhança dos que o precederam foi de dificuldade e alguma incerteza nos planos económico e social do país, o que, naturalmente é fator de influências negativas sobre a atividade da Ordem.



4. No exercício de 2016 verificaram-se diversos eventos importantes que estão devidamente evidenciados no Relatório e Contas e que contribuíram para a imagem da nossa Instituição.

5. No capítulo da formação, que continua a ser uma imagem de marca da Ordem, verificou-se uma participação generalizada dos membros, sinal do interesse que estes demonstram na atualização dos conhecimentos em que assenta a sua qualidade profissional.

O elevado número de participantes nas ações de formação nas mais diversas componentes reflete o sucesso desta política da Ordem.

6. Também em 2016 se continuou a verificar um excelente nível de desempenho de todos os órgãos da Instituição e colaboradores o que muito contribuiu para a afirmação da nossa Ordem e para a imagem pública que esta vem consolidando na sociedade.

7. No plano internacional procedeu-se à consolidação de todas as parcerias existentes.

Deve realçar-se a integração da Ordem na IFAC (International Federation of Accountants), a presidência do CILEA (Comité de Integración Latina Europa-América) assumida pelo anterior Bastonário António Domingues de Azevedo e atualmente uma das vice-presidências do conselho diretivo. De igual modo a reeleição do diretor Ezequiel Fernandes para o *board* da EFAA (*European Federation of Accountants and Auditors for SMES*) e a participação nos grupos de trabalho da FCM (*Fédération des Experts Comptables Méditerranéens*).

8. Na área da comunicação destaca-se o contributo prestado pela Ordem junto das instâncias de decisão, dos agentes económicos e cidadãos em geral, para o esclarecimento de variadas situações de natureza social, económica e fiscal, que recorrentemente são impostas pelas entidades oficiais.

9. É facto de sucesso a atividade desenvolvida pela Ordem na valorização contínua dos seus membros, na sua dimensão profissional, mas também, na sua dimensão social e cultural, tendo sido realizadas muitas ações que visavam esses objetivos e são testemunho destas preocupações.

10. O Conselho Superior regista o desenvolvimento da política de investimentos físicos e assinala, como factos marcantes a inauguração a 19 de março de 2016 da representação do Porto e o início das obras do auditório em Lisboa.



11. Durante este exercício de 2016, o projeto de apoio aos membros foi consolidado, sem prejuízo do seu desenvolvimento, nos aspetos de prestação de serviços, mas também da base jurídica que assegura a sua perenidade

12. O Conselho Superior foi também informado do processo de implementação das regras e procedimentos de contratação pública a todas as aquisições de bens e serviços realizados pela Ordem.

13. Finalmente, o Conselho Superior concluiu que o Relatório analisado bem como as Contas e anexos apresentados estão elaborados de forma bem estruturada e transparente e obedecem a todos os requisitos legais e procedimentais adequados e exigidos.

Nestes termos com estes considerandos, e em síntese, o Conselho Superior:

a) Felicita os órgãos sociais, pelos êxitos e realizações alcançados ao serviço da Ordem, durante o ano de 2016, estimulando-os a que continuem e desenvolvam os objetivos que vêm sendo traçados, em benefício da profissão de contabilista e da plena inserção e acrescida credibilidade, dos respetivos profissionais na sociedade portuguesa;

b) Delibera, por unanimidade, emitir um parecer favorável, à aprovação, pela Assembleia Geral da Ordem, sobre o Relatório e Contas do exercício de 2016, uma vez que as realizações relatadas e escrutinadas, correspondem, quase integralmente, aos objetivos iniciais aprovados e aos meios colocados à disposição para a sua concretização.

Conselho Superior

Presidente	Vice-presidente	Rep. do Norte	Rep. do Centro	Rep. do Sul		
						
Filomena Felgueiras Moreira	Ezequiel Fernandes	José Alberto Pinheiro Pinto	José Neves Raimundo	António Manuel dos Santos Nabo		
Rep. da Madeira	Rep. dos Açores	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado	Elemento cooptado	
						
Carlos Pinto	Fernando Andrade	António José Alves da Silva	João Lopes Ribeiro	Avelino Azevedo Antão	Leonel da Silva Pontes	



13. RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE FISCALIZADORA

1. Introdução

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 5º da Lei n.º 139/2015 de 7 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC) e nos termos do disposto na alínea d) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, o Conselho Fiscal (CF) deve elaborar, sempre que o julgue conveniente, relatórios da sua atividade fiscalizadora, sendo obrigatoriamente elaborado um, anualmente, que será apresentado à Assembleia Geral de aprovação de contas, pelo que este relatório visa, precisamente, dar cumprimento a esta última parte.

Considerando que o EOTOC não define o conteúdo deste relatório, o CF entendeu que se justificaria manter, de uma forma geral, o formato dos relatórios dos CF anteriores, pelo que se procede a uma exposição analítica da atividade fiscalizadora desenvolvida.

2. Âmbito

No âmbito das alíneas a), b) e c) do art.º 37.º do EOTOC, fiscalizámos o cumprimento do plano de atividades e orçamento, a atividade administrativa do Conselho Diretivo (CD) e examinámos os documentos e os registos contabilísticos.

Em consequência do exame efetuado emitimos o parecer sobre o relatório e contas do CD, nos termos da mencionada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, com data de 09 de março de 2017, cujo conteúdo deve ser tido como integralmente reproduzido.

3. Procedimentos de Fiscalização

3.1. Organização Interna do CF

A organização interna do CF obedece a um Regulamento de Funcionamento aprovado no mandato de 2002-2004.



3.2. Reuniões

Em 2016 o CF realizou 17 reuniões.

3.3. Plano de Atividades e Orçamento para 2016

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 37.º do EOTOC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e orçamento (PAO) da OCC – Ordem dos Contabilistas Certificados.

O art.º 37.º do EOTOC não estabelece que o CF deve emitir parecer sobre aqueles documentos, mas, apenas, fiscalizar o seu cumprimento, ou seja, deve pronunciar-se sobre a execução e não sobre, objetivamente, o PAO.

No entanto, a exemplo de anos anteriores, em Assembleia Geral realizada em 17 de dezembro de 2016, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral solicitou a intervenção do CF no sentido da emissão de um parecer sobre o PAO de 2017, tendo o mesmo sido favorável.

3.4. Acompanhamento das atividades dos outros Órgãos da Ordem

A fiscalização do PAO da Ordem pressupõe que o CF deve supervisionar a atividade de todos os Órgãos da OCC, pelo que a atuação do CF teve em conta esse pressuposto.

Um dos procedimentos do CF para fiscalização da atividade dos Órgãos da OCC foi o de analisar as respetivas atas das reuniões, tendo sido verificadas as da Assembleia Geral, do Conselho Diretivo e do Conselho Superior, sobre as quais, sempre que foi julgado conveniente, o CF solicitou esclarecimentos. O atual Conselho Disciplinar, mantém a decisão de não disponibilizar as atas das respetivas reuniões, por considerar que a sua atividade assume carácter sigiloso.

Além disso, o CF analisou os relatórios de atividades dos restantes Órgãos, os quais estão em conformidade com as respetivas competências estatutárias, sendo que o Relatório de Atividades do Conselho Diretivo descreve as suas principais atividades.

O Conselho Fiscal da OCC aproveita esta oportunidade, para, publicamente, prestar uma sentida homenagem a António Domingues Azevedo, falecido a 11 de setembro de 2016. Lamenta profundamente o desaparecimento de uma personalidade de grande destaque ao nível nacional e internacional, que esteve ao serviço desta Instituição durante mais de 20 anos, pondo sempre o interesse da Ordem e dos seus profissionais acima dos seus interesses pessoais e da sua própria família, para se dedicar à Ordem que ficará para sempre com a sua marca indelével.



3.5. Acompanhamento das atividades dos Departamentos Internos, Comissões e Grupos de Trabalhos

Considerando que os Departamentos Internos, Comissões Eventuais, Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho constituem, essencialmente, estruturas organizacionais de extensão e de apoio à atividade administrativa do Conselho Diretivo e do Bastonário, o CF entende que a sua ação fiscalizadora deve, igualmente, incidir sobre as respetivas atividades, face ao estatuído na parte final da alínea c) do art.º 37.º do EOTOC, relativamente à referência «fiscalizar a sua atividade administrativa».

Neste contexto, o CF verificou que os relatórios das atividades dos departamentos, comissões e grupos de trabalho, reproduzem as tarefas desenvolvidas durante o ano, sendo que as principais atividades são descritas no relatório de atividades do Conselho Diretivo de forma reduzida.

3.6. Notas de Recomendações

O CF tem desempenhado os suas funções de forma proativa reunindo com alguns elementos do CD apresentando sugestões e recomendações.

3.7. Outros Procedimentos

Foram desenvolvidos também os seguintes procedimentos complementares de fiscalização:

- a) Reuniões e/ou entrevistas com os diretores e com responsáveis pela área contabilística e financeira e outros colaboradores da OCC;
- b) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pela Ordem, que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, e os anexos, com a normalização contabilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março e, em particular, com os modelos de demonstrações financeiras publicados através da Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, bem como do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (código de contas), Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (modelos de demonstrações financeiras) e aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (NCRF-ESNL)
- c) Verificação da conformidade daquelas demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
- d) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua divulgação no Anexo, designadamente no que



concerne a depreciações e amortizações, perdas por imparidade de dívidas a receber, acréscimos e diferimentos ativos e passivos e outras políticas contabilísticas consideradas relevantes;

e) Análise do sistema de controlo interno contabilístico e administrativo existente na Ordem;

f) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

- Inspeção física dos principais elementos do ativo fixo tangível, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;

- Análise e teste das conciliações bancárias preparadas pelos serviços de contabilidade da Ordem;

- Análise das situações justificativas das perdas por imparidade em ativos e de provisões para responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

- Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;

- Análise e teste dos vários elementos de gastos e rendimentos registados no período, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo (periodização económica);

- Sugestões de assentos contabilísticos em factos patrimoniais materialmente relevantes, os quais se encontram traduzidos nas demonstrações financeiras apresentadas.

g) Acompanhamento de todos os investimentos em curso.

h) Participação nos eventos organizados pela Ordem em todo o País.

i) Análise do relatório elaborado pelos auditores externos, o qual serviu de base para verificações complementares do CF.

3.8. Certificação Legal de Contas

Estando a Ordem dos Contabilistas Certificados sujeita, de acordo com o art.º 12º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 09 de março, à Certificação Legal das Contas, foi atribuída à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, "Oliveira, Reis & Associados, Sroc, Lda.", com sede em Lisboa, inscrita na Ordem



dos ROC sob o n.º 23, a emissão da Certificação Legal das Contas de acordo com a Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas), emitida em 8 de março de 2017.

3.9. Atividades não concretizadas

3.9.1. Embora estivesse programado o encontro nacional do Contabilistas Certificados não se realizou, tendo como principal motivo o falecimento do nosso Bastonário, António Domingues Azevedo.

3.9.2. O *email* profissional, previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2015 e 2016, de acordo com o princípio da desmaterialização iniciado na Ordem, ainda não foi concluído.

3.9.3. Tendo como princípio a discussão dos problemas que a mulher enfrenta na sua vida profissional como contabilista, embora previsto o evento "A Mulher na Contabilidade", o mesmo não se realizou.

3.9.4. A «Academia Contabilística», sendo a sua criação e funcionamento um desafio que por diversas razões seria importante na vida da Instituição, acabou igualmente por não se concretizar.

4. Relatório e Contas

4.1. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 contemplam os assentos contabilísticos apresentados pelo CD, salientando-se, porém, os seguintes factos:

j) Com a entrada em vigor, em 1 de janeiro de 2010, do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, a Ordem utilizou em 2010 aquele normativo. Porém, com a publicação do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem passou a utilizar, desde o ano de 2011 as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com o modelo contabilístico para as entidades sem fins lucrativos (ESNL), cujos instrumentos legais publicados são: a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, quanto aos Modelos de Demonstrações Financeiras; a Portaria n.º 106/2011, de 14 de março, no que respeita ao Código de Contas; e o Aviso n.º 6726 – B/2011, de 14 de março, no que concerne à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL, bem como do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (código de contas), Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (modelos de demonstrações financeiras) e aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (NCRF-ESNL)



- a) As políticas contabilísticas estão devidamente divulgadas no Anexo, salientando-se as resultantes da aplicação do regime de acréscimo e da característica qualitativa da prudência (v.g. perdas por imparidade de dívidas a receber), o que denota uma preocupação de rigor técnico-contabilístico, em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras da Ordem;
- b) Desde o início da atividade da OCC que os resultados líquidos dos períodos têm registado valores positivos. O resultado líquido do período de 2016, positivo em 201 946 euros é devido essencialmente à boa gestão da Ordem;
- c) As dívidas de quotizações dos membros em 31/12/2016 reduziram para 4 844 175 euros (em 2015 eram de 4 948 775 euros), das quais se encontram em imparidade o montante acumulado de 3 088 148 euros;
- d) De acordo com a demonstração de fluxos de caixa, registou-se uma variação negativa de 572 920 euros, justificada pela variação negativa dos fluxos de caixa das atividades de investimento no valor de 3 831 873, já que os fluxos de caixa das atividades de operacionais e de financiamento foram positivas em 1 496 396 euros e 1 762 556 euros, respetivamente;

4.2. Relatório de Atividades

O CF procedeu à análise do Relatório de Atividades do Conselho Diretivo (RACD) de 2016, o qual descreve as atividades do Conselho Diretivo e dos restantes Órgãos da OCC, bem como dos Departamentos e Comissões, exceto as do CF as quais estão traduzidas neste relatório.

5. Execução Orçamental

Como é referido no Relatório de Atividades do Conselho Diretivo (RACD), o CF sublinha que houve uma boa execução orçamental a nível dos gastos e dos rendimentos.

Lisboa, 9 de março de 2017

Conselho Fiscal,

Presidente

1.º Vogal

2.º Vogal

António Joaquim
Fernandes
Cerqueira

Rita
Cordeiro

Tomás Santos



14. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Introdução

1. Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 139/2015 de 7 de setembro, diploma que aprovou o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC) e nos termos do disposto na alínea c) do art.º 37.º do Estatuto da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (EOTOC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, examinámos o Relatório e Contas de 2016 do Conselho Diretivo, compreendendo estas últimas as demonstrações financeiras anexas da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), as quais incluem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 29 264 741 euros e um total dos fundos patrimoniais de 15 298 522 euros, incluindo um resultado líquido do período de 201 946 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da competência do Conselho Diretivo da OCC a apresentação do relatório e contas e respetivas demonstrações financeiras para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística. A elaboração do relatório e contas do conselho diretivo nos termos legais e regulamentares aplicáveis, criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeira isentas de distorção material devida a fraude ou erro, adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, e avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas.

3. Estando a Ordem dos Contabilistas Certificados sujeita, de acordo com o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, à Certificação Legal das Contas, foi atribuída à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, "Oliveira, Reis & Associados, Sroc, Lda.", com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos ROC sob o n.º 23, a emissão da Certificação Legal das Contas de acordo com a Lei n.º 140/2015 de 7 de setembro (Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas).



4. A referida Certificação Legal das Contas, para o período findo em 31 de dezembro de 2016, datada de 8 de março de 2017, foi emitida na modalidade, sem reservas e sem ênfases.

5. A nossa responsabilidade encontra-se consagrada na citada alínea c) do art.º 37.º do EOTOC e consiste na emissão de parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo e, de um modo geral, na fiscalização da sua atividade administrativa.

Âmbito

6. Não definindo o EOTOC o conteúdo do parecer nem as normas subjacentes, a fiscalização a que procedemos foi efetuada de acordo com as normas gerais de auditoria aplicáveis, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

7. O relatório anual da atividade fiscalizadora, elaborado por este Conselho Fiscal no âmbito da alínea d) do art.º 37.º do EOTOC, relata, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da nossa atividade fiscalizadora.

8. Foi verificada a concordância da informação financeira constante do relatório do Conselho Diretivo com as demonstrações financeiras do período.

9. Entendemos que a fiscalização efetuada proporciona uma base aceitável para expressão do nosso parecer sobre o relatório e contas do Conselho Diretivo de 2016.

Parecer

10. Somos de parecer que o Relatório e Contas do Conselho Diretivo de 2016 e as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da OCC em 31 de dezembro de 2016, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data.

Lisboa, 9 de março de 2017

Conselho Fiscal,

Presidente	1.º Vogal	2.º Vogal
		
António Joaquim Fernandes Cerqueira	Rita Cordeiro	Tomás Santos



15. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
CARLOS DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA
JOÃO CARLOS CRUZEIRO
PEDRO MIGUEL MANSO
MARIA BALBINA CRAVO
OCTÁVIO CARVALHO VILAÇA

Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 29 264 741 euros e um total de fundos patrimoniais de 15 298 522 euros, incluindo um resultado líquido de 201 946 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e do Órgão de Fiscalização pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:



- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

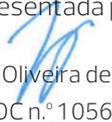
Relato sobre outros Requisitos Legais e Regulamentares sobre o Relatório da Direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

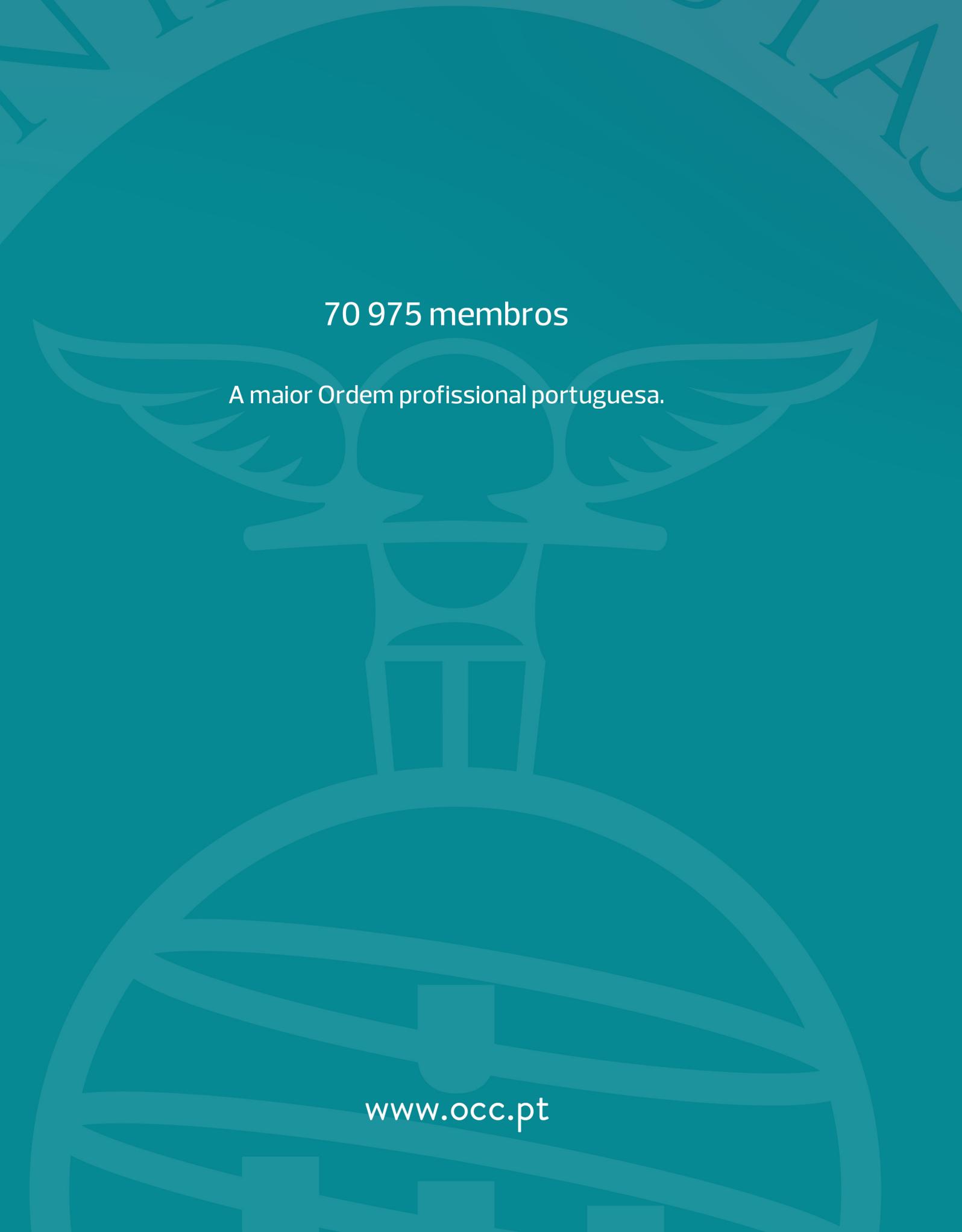
Lisboa, 8 de março de 2017

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, Lda.

Representada por


Joaquim Oliveira de Jesus,
ROC n.º 1056





70 975 membros

A maior Ordem profissional portuguesa.

www.occ.pt



Avenida Barbosa du Bocage, 45 | 1049-013 Lisboa
Tel. 217 999 700 Fax. 217 957 332 Email geral@occ.pt
www.occ.pt